

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
IRENE FARAONE PRIETO

**PROJETO “FORÇA TAREFA”: UMA PROPOSTA DE FORTALECIMENTO PARA
O CENTRO URBANO DE CURITIBA/PR**

CURITIBA

2009

IRENE FARAONE PRIETO

**PROJETO “FORÇA TAREFA”: UMA PROPOSTA DE FORTALECIMENTO PARA
O CENTRO URBANO DE CURITIBA/PR**

Trabalho de graduação apresentado às disciplinas Orientação e Supervisão de Estágio e Projeto de Turismo em Planejamento e Gestão em Áreas Urbanas II e Projeto de Turismo em Planejamento e Gestão em Áreas Urbanas II, como requisito parcial para conclusão do Curso de Turismo – ênfase em Planejamento e Gestão de Turismo em Áreas Urbanas.

Orientadora: Professora Esp. Deise Maria Fernandes Bezerra

CURITIBA

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

IRENE FARAONE PRIETO

PROJETO “FORÇA TAREFA”: UMA PROPOSTA DE FORTALECIMENTO PARA O CENTRO URBANO DE CURITIBA/PR

Trabalho de graduação aprovado como requisito prévio para a conclusão do Curso de Turismo – ênfase em Planejamento e Gestão de Áreas Urbanas, do Curso de Turismo, Departamento de Turismo, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Professora Esp. Deise Maria Fernandes Bezerra
Departamento de Turismo

Karina Machiavelli
Programa “Centro Vivo”
Associação Comercial do Paraná - ACP

Mauro Magnobosco
Programa “Novo Centro”
Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba - IPPUC

Curitiba, 09 de Dezembro de 2009

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

TÍTULO: Projeto “Força Tarefa”: Uma Proposta de Fortalecimento para o Centro Urbano de Curitiba/PR

AUTORA: Irene Faraone Prieto

RESUMO: A elaboração e propostas e estratégias para o fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”, espaço de articulação dos projetos de revitalização do Centro de Curitiba da Associação Comercial do Paraná – ACP e o Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba – IPPUC, foi possível a partir de elaboração de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, em que se identificaram os pontos de congruência entre o Programa “Centro Vivo” da Associação Comercial do Paraná com o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades e instrumentos de planejamento urbano e turísticos existentes na cidade de Curitiba.

Palavras chave: planejamento urbano, planejamento turístico, Curitiba, Programa “Centro Vivo”.

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Paraná

LOCAL: Curitiba - PR

DATA: 09/12/2009

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Paraná e especialmente o Curso de Turismo, seus professores, técnicos e acadêmicos, que me acolheram com paciência e hospitalidade desde o primeiro dia de aula.

À minha professora, orientadora e mestre Deise Bezerra, pela sua devoção no repasse de conhecimento e o seu carinho pelo planejamento turístico, pessoa que me levou a compreender e trabalhar minhas próprias potencialidades e ameaças. Pelo ensino sobre a razão e o coração em todas as atividades desenvolvidas.

Ao professor José Manoel Gonçalves Gândara, pela dedicação no ensino, o entusiasmo perante a pesquisa e pela confiança depositada em mim nos últimos quatro anos.

As pessoas que responderam às entrevistas e que dedicaram seu tempo ao repasse de informações sobre o assunto abordado. Foram fundamentais para a realização deste trabalho.

À Turma de Turismo UFPR 2006-2009 e aos seus veteranos, que me acolheram com infinito companheirismo e carinho, e me ensinaram sobre o português, o turismo e a amizade. Trouxeram-me uma abordagem única e especial sobre as alegrias do multicultural jeito de ser brasileiro. Obrigada!

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE I – Estrutura de Metodologia Aplicada.....	77
APÊNDICE II – Modelo de Entrevista Semi- Estruturada.....	78
APÊNDICE III – Ficha Convite para a Reunião Técnica para o Fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”.....	81
APÊNDICE IV – Ficha de Inscrição para a Reunião Técnica para o Fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”	82
APÊNDICE V – <i>Checklist</i> para a Reunião Técnica para o Fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 MARCO TEÓRICO	12
2.1 PLANEJAMENTO TURÍSTICO	12
2.2 PLANEJAMENTO URBANO	18
2.3 TURISMO E URBANISMO	21
2.4 A CIDADE DE CURITIBA: PLANEJAMENTO URBANO E TURÍSTICO	29
2.5 PROGRAMA CENTRO VIVO	34
3 METODOLOGIA	39
3.1 TIPOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	39
3.2 INSTRUMENTOS E ESTRATEGIAS DE COLETA DE DADOS	41
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	43
4.1 ANÁLISE DOS DADOS	43
4.1.1 Programa “Centro Vivo” – Associação Comercial do Paraná	43
4.1.2 Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	46
4.1.3 Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba	49
4.1.4 Instituto Municipal de Turismo de Curitiba	50
4.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS	51
4.2.1 O Programa “Centro Vivo” e seu Funcionamento	51
4.2.2 O Programa “Centro Vivo” e o vínculo com o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	54
4.2.3 O Programa “Centro Vivo” e o Instituto Municipal de Turismo de Curitiba	67
5 PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DO PROJETO “FORÇA TAREFA”	59
5.1 CONCEPÇÃO	59
5.2 ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO	60
5.2.1 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	60
5.2.1.1 Reunião de Articulação do Projeto “Força Tarefa”	60
5.2.2 ESTRUTURAÇÃO	61
5.2.2.1 Gestão	63
5.2.2.2 Monitoria e Avaliação	63
5.2.3 OPERACIONALIZAÇÃO	64
5.2.3.1 Normatização de ações do Projeto “Força Tarefa”	65
5.2.3.2 Estruturação de Plano de Ação 2010	65

5.2.3.3 Reunião de Homologação dos Documentos Norteadores.....	65
5.2.3.4 Lançamento de Plano de Ação 2010.....	65
5.3 RECURSOS ENVOLVIDOS.....	66
5.3.1 RECURSOS HUMANOS.....	66
5.3.2 RECURSOS FINANCEIROS.....	66
5.3.3 CRONOGRAMA.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICES.....	76

1 INTRODUÇÃO

O Programa “Centro Vivo” é uma iniciativa da Associação Comercial do Paraná, que busca a revitalização do Centro da cidade de Curitiba através da implantação de um Condomínio Comercial, Turístico e Cultural, que permita a realização de uma variedade de atividades de lazer para o público e dessa maneira aumente a qualidade de vida de seus usuários. Através de parcerias com entidades de classe, associações, com o poder público e com representantes do empresariado, o Programa pretende o desenvolvimento de projetos para um melhor aproveitamento desta área por seus moradores e visitantes, incentivando o comércio local. Dentro das atividades previstas, ressaltam-se ações de promoção, de responsabilidade social e de revitalização de prédios, praças, calçadas e ruas, assim como melhorias no paisagismo, na acessibilidade, na limpeza e na segurança.

Por outro lado, em âmbito estritamente público, no ano de 2003, foi criado pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, coordenado pelo Ministério das Cidades com o envolvimento dos ministérios do Turismo, da Cultura, do Planejamento e dos Transportes. Desde sua formatação, busca a revitalização e reutilização de áreas urbanas centrais, entendidas como:

Um bairro ou um conjunto de bairros consolidados, articulados ou não em torno do núcleo original da cidade, com forte poder de concentração de atividades e pessoas dotadas de infra-estrutura urbana, acervo edificado, serviços e equipamentos públicos, serviços de vizinhança e oportunidades de trabalho (MCIDADES, 2005, p.12).

Já em âmbito municipal, o Plano Diretor de Curitiba ordena as ações realizadas no espaço da cidade, procurando aumentar a qualidade de vida dos usuários e o aproveitamento dos espaços.

Pelos três documentos citados, verifica-se que existe um mútuo interesse do poder público e da iniciativa privada em promover o uso e a ocupação democrática e sustentável das áreas urbanas centrais, fato de grande relevância no planejamento turístico em áreas urbanas. Através deste trabalho, busca-se estabelecer uma análise comparativa do planejamento e gestão do Programa “Centro Vivo”, do

planejamento urbano e turístico da cidade, e as linhas de desenvolvimento urbano sugeridas pelo Ministério das Cidades, delimitadas no Programa supracitado.

Assim sendo, desenvolveu-se uma pesquisa sobre os elementos de congruência entre os dois Programas, tendo como base os instrumentos urbanísticos do Plano Diretor de Curitiba, documento que detalha as características do ordenamento da cidade. Conforme definido no Plano Diretor de Curitiba, trata do “instrumento básico, global e estratégico da política de desenvolvimento urbano do Município, determinante para todos os agentes, públicos e privados, que atuam na cidade” (BRASIL, 2004). Optou-se como objeto de estudo o Programa “Centro Vivo” por ser uma iniciativa de reabilitação de áreas urbanas que parte da iniciativa privada, sendo de especial interesse a análise da relação de sua gestão com aquela do poder público.

Existe relevância deste estudo para a atividade turística, uma vez que o incentivo ao seu planejamento sustentável permite a geração de emprego e renda nestas áreas, criando oportunidades de desenvolvimento e opções de lazer (PETROCCHI, 2001). Da mesma forma, identifica-se que existe congruência nas etapas dos processos de planejamento urbano e planejamento turístico (SANTOS, 2004), pelo que o estudo desse vínculo contribuiria para o fortalecimento da inserção do turismo nas intervenções urbanas da cidade. Sendo assim, o planejamento estratégico para a reabilitação das áreas urbanas centrais promove também o desenvolvimento do turismo, uma vez que melhora a qualidade de vida da população, permite a valorização das cidades, propicia a criação de espaços de lazer e melhoria da paisagem, a segurança e a conservação do espaço urbano (BARRETO, 2002).

Dessa forma, se propôs como problema da pesquisa a questão: o Programa “Centro Vivo” é orientado por instrumentos de planejamento urbano e turístico no seu propósito de revitalizar o centro urbano de Curitiba?

Para responder a esta pergunta buscou-se conhecimento da realidade que a contextualiza, e para tanto, definiu-se como objetivo geral, analisar se o Programa “Centro Vivo” orienta-se por elementos de planejamento urbano e turístico para a revitalização do Centro de Curitiba, e como objetivos específicos:

- Identificar os elementos congruentes entre o Programa “Centro Vivo” e o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais.

- Analisar as coincidências e/ou inconsistências entre os projetos de revitalização do Programa “Centro Vivo” e os instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor de Curitiba.

- Identificar os elementos de planejamento e gestão que conformam o Programa.

- Avaliar o grau de participação do Instituto de Planejamento e Pesquisa do IPPUC e do Instituto Municipal de Turismo na gestão e desenvolvimento do Programa “Centro Vivo”.

Ainda para a formulação desses objetivos, foram formuladas hipóteses sobre as variáveis do problema de pesquisa, incluindo dessa forma o contexto social do Programa “Centro Vivo”, assim como os atores vinculados ao seu processo de gestão:

- O Programa “Centro Vivo” possui elementos de congruência com o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais.

- O Programa “Centro Vivo” observa os instrumentos urbanísticos do Plano Diretor de Curitiba para os projetos de revitalização do Centro da cidade.

- O Instituto Municipal de Turismo de Curitiba e o IPPUC não possuem maior envolvimento na formatação e andamento do Programa “Centro Vivo”.

- O Programa “Centro Vivo” está estruturado em áreas estratégicas de atuação, com planos e projetos específicos para a execução e monitoria dos resultados atingidos.

- O Programa “Centro Vivo” possui ações de desenvolvimento do turismo, porém não contempla o processo de planejamento turístico em seu propósito de revitalizar o centro urbano de Curitiba.

Com base nos resultados da pesquisa acima relatada, foi proposta uma integração dos dois Programas, foco deste trabalho, que segue descrito em seu capítulo quatro. Para melhor compreensão desta proposta, o conteúdo que segue apresentado encontra-se organizado em quatro capítulos. O inicial apresenta o Marco Teórico dividido em três itens. O primeiro enfoca alguns aspectos da atividade turística e as características do seu planejamento nas cidades, buscando-se esclarecer sobre a visão sistêmica da atividade e dos elementos do planejamento

como um processo de gestão, identificando o vínculo entre o planejamento urbano e o turístico através da relação do turismo urbano com a cultura. No tópico relacionado especificamente ao planejamento turístico, são abordados conceitos de diferentes autores sobre a atividade, relacionando o sistema de turismo com as etapas de planejamento e a necessidade da visão participativa e de mercado como estratégias de desenvolvimento sustentável. Ao se trabalhar planejamento urbano, apresenta-se uma breve descrição das características, componentes e elementos das cidades, bem como a importância do seu planejamento para a qualidade de vida dos usuários, fazendo especial ênfase em suas áreas centrais e no Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, iniciativa do Ministério das Cidades. Já na associação de urbanismo e atividade turística, identificam-se seus elementos de congruência, considerando as semelhanças nas etapas de planejamento e a motivação dos turistas pela procura de espaços urbanos, vista a cidade como espaço físico e cultural em que se desenvolve o turismo.

O segundo item do Marco Teórico está relacionado à Curitiba, e são apresentados alguns dados do turismo, com especial detalhe no seu planejamento urbano, direcionando a análise ao Plano Diretor da cidade. E no terceiro, coloca-se a composição e as características do Programa “Centro Vivo” da Associação Comercial do Paraná, fornecendo seus objetivos e estratégias para o desenvolvimento de intervenções urbanísticas na cidade.

O segundo capítulo se refere à metodologia utilizada para a elaboração do trabalho, com a apresentação dos tipos e técnicas de pesquisa, bem como os grupos escolhidos para aplicação dos instrumentos de coleta de dados e forma de análise dos mesmos.

O terceiro capítulo refere-se à análise dos resultados das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, realizadas para identificar a realidade existente, problemas e potencialidades, possibilitando a proposição de ações que aprimorem as ações de revitalização e promoção no Centro de Curitiba.

O quarto e último capítulo é dedicado às propostas e estratégias para o fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”, espaço de articulação dos Programas “Centro Vivo” da Associação Comercial do Paraná, e do Programa “Novo Centro”, do IPPUC, identificado ao longo da pesquisa de campo, como uma possibilidade efetiva de trabalho conjunto entre a iniciativa privada e o poder público municipal em Curitiba.

2 MARCO TEÓRICO

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica necessária para o desenvolvimento de todo este trabalho e aborda inicialmente temas como planejamento turístico, planejamento urbano, turismo e urbanismo. Posteriormente, apresenta alguns dados e informações sobre Curitiba, cenário do estudo realizado, e, finaliza com histórico e outras informações do Programa “Centro Vivo”, instrumento de análise e proposições deste trabalho.

2.1 PLANEJAMENTO TURÍSTICO

O turismo se consolida cada vez mais como uma atividade de grande importância para o desenvolvimento e crescimento da economia mundial, movimentando através do setor de serviços aproximadamente 52 setores da economia e gerando um fluxo internacional de aproximadamente US\$ 800 bilhões, dos quais US\$ 205 bilhões correspondem aos mercados de países em desenvolvimento (SETU, 2007-2011). Especificamente no Brasil, o turismo representa a quinta atividade econômica na produção de divisas estrangeiras, com uma taxa de crescimento médio de 7% ao ano, considerando dados arrecadados entre o período de 1950 e 1999 pela OMT (OMT apud CUSTÓDIO, 2006). Neste sentido, ainda conforme estatísticas da mesma entidade, o Brasil destacou-se em primeiro lugar na América do Sul como receptor de turistas estrangeiros, com aproximadamente 5 milhões de chegadas no ano de 2000, dados que mostram a relevância socioeconômica dessa atividade no cenário nacional e internacional.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), define-se turismo como o deslocamento de pessoas fora do seu local de residência por um período menor do que um ano consecutivo e maior do que 24 horas, para a realização de atividades que respondam a atividades de lazer, de negócios, e outras, sempre que não economicamente remuneradas (OMT apud GOELDNER, 2002).

A atividade turística se desenvolve em um contexto da mudança de paradigmas, em que garante a utilização dos recursos disponíveis por gerações futuras. Segundo a definição do Relatório de Brundtland das Nações Unidas,

O desenvolvimento sustentável é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de corresponder a suas necessidades (BRUNDTLAND, 1987).

Ainda em relação ao desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos, Gândara (s.d, p.20) define esse processo como:

O adequado desenvolvimento e a adequada gestão de um destino, respeitando os aspectos socioculturais, ambientais e econômicos de um destino, tendo sempre presente suas diferentes capacidades de carga, a importância da participação da comunidade local em todos os momentos desse desenvolvimento, que a perspectiva em longo prazo seja tomada em consideração permanentemente e que as gerações futuras continuem podendo aproveitar de um destino com uma qualidade, pelo menos igual, àquela que se aproveita nesse momento (GÂNDARA, s.d., p.20)

Dessa maneira, identifica-se que o processo de planejamento é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável da atividade, que se avaliem seus impactos e seja mantida a visão sistêmica dos elementos que a compõem.

Saboya define o planejamento como o “processo de escolher um conjunto de ações consideradas as mais adequadas para conduzir a situação atual na direção dos objetivos desejados” (SABOYA, 2008, p.2). Em relação a esse mesmo termo, Petrocchi considera que se trata da “definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização”, considerando-o como a “atitude anterior à tomada de decisão” (PETROCCHI, 2001, p.19). O planejamento, ao ser desenvolvido na atividade turística, permite sua adequação às permanentes mudanças que são características do turismo, identificando suas dificuldades e potencialidades, e avaliando as melhores estratégias e os responsáveis para se atingir os objetivos propostos.

Segundo a definição de Lohmann e Panosso Netto, o planejamento turístico,

É o processo que visa, a partir de uma situação dada, a orientar o desenvolvimento turístico de um empreendimento, local, região, município, estado ou país tendo como meta alcançar objetivos propostos anteriormente ou durante a própria elaboração do planejamento (LOHMANN; PANOSSO NETO, 2008, p.129).

Esse processo deve ser desenvolvido de forma estratégica e possuir um caráter participativo, uma vez que se trata de uma ferramenta indispensável para que os atores que se vêm envolvidos na atividade, conheçam seu papel no sistema e as melhores formas de agir, garantindo a preservação dos recursos disponíveis para

sua utilização e aproveitamento pelas gerações futuras (BEZERRA, 2008). Nesse cenário, o turismo depende, para seu real desenvolvimento, da articulação de seus atores e da criação e fortalecimento de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor.

Assim como o desenvolvimento sustentável da atividade está vinculado ao planejamento, à participação dos atores e à análise e participação do mercado, o processo também deve levar em consideração as relações entre esse mercado turístico e os demais atores envolvidos com a atividade.

A proposta trabalhada por Beni através do SISTUR fornece uma visão holística do turismo, em que afirma que as relações que caracterizam seu funcionamento, conformam um sistema subdividido em conjuntos de relações ambientais (elementos ecológico, social, econômico e cultural), de ações operacionais (envolvendo a relação entre a oferta e a demanda, o mercado turístico e seus canais de distribuição) e do que ele chama de organização estrutural (que inclui a superestrutura e infraestrutura), grupos que se encontram interligados e que são interdependentes uns dos outros (BENI, 2006).

Para a melhor compreensão do SISTUR proposto por Beni, Petrocchi (2001) analisa as tipologias da teoria geral dos sistemas e se refere especificamente aos sistemas sociais, esclarecendo que o sistema turístico é essencialmente um sistema aberto, já que permanece em permanente contato com seu ambiente externo, recebendo entradas e transformando-as em saídas através da retroalimentação entre seus componentes.

Sendo assim, as etapas mais difundidas do planejamento (Barreto, 2002; Beni, 2006; Petrocchi, 2001) são a avaliação externa e interna do ambiente a ser estudado, em que se cria uma visão geral do contexto em que serão desenvolvidas as ações; o diagnóstico da situação, em que existe um levantamento detalhado de dados sobre o local a ser planejado tendo em consideração o objetivo de planejamento e todos os atores envolvidos do processo; o prognóstico, em que se avaliam as possibilidades de desenvolvimento se baseando em informações coletadas previamente, políticas governamentais e tendências da atividade; a estratégia, em que se estudam as alternativas de ação; a implantação, em que se desenvolvem as ações previstas; e por último a avaliação, em que se prevê sua condição de processo dinâmico e se corrigem e monitoram as etapas do planejamento como forma de ajustar o

planejamento às mudanças ou falhas, tendo em vista o objetivo pretendido (BENI, 2006).

O elemento comum nas diversas teorias sobre planejamento turístico é a necessidade de organizar ações, prazos e de distribuir responsabilidades para atingir os rumos estabelecidos. Dentro das abordagens do planejamento turístico, destaca-se a possibilidade de estar focado nos aspectos econômicos ou sociais, em seus aspectos espaciais em quanto a recursos físicos, ou ainda considerando o turismo como um sistema integrado, em que as políticas e estratégias são abordadas desde uma visão integrada da atividade, conforme visto na teoria de Beni (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

Segundo Lohmann e Panosso Netto, um dos aspectos mais relevantes a serem avaliados durante o planejamento do turismo é a dificuldade de execução das tarefas, já que muitas vezes o andamento do processo se vê condicionado por fatores externos que modificam o curso das estratégias traçadas (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008). Ainda segundo os autores, o planejamento turístico deve ser visto em função do tempo e espaço, tendo em mente a definição dos âmbitos de interesse.

A maioria dos autores (Barreto, 2002; Beni, 2006; Petrocchi, 2001; Gândara, s.d.) concorda com que, independente do tipo de planejamento turístico a ser adotado, ele deve ser harmônico nos aspectos econômico, social e ambiental, tendo em consideração a sazonalidade característica do turismo e a necessidade de valorização do patrimônio histórico e cultural do destino como diferencial da atividade. Da mesma forma, esse planejamento deverá considerar a necessidade da sensibilização e capacitação da mão de obra como um quesito básico para o desenvolvimento dos setores envolvidos, tendo em vista a dependência da prestação de serviços ao elemento humano na atividade (Gândara, s.d.).

Dessa forma, o planejamento estratégico desenvolvido dentro do enfoque participativo é o processo gerencial compartilhado, que avalia as potencialidades e fraquezas do ambiente, estabelece certas diretrizes a serem seguidas e as prioriza através da definição de objetivos e metas, englobando em suas ações aos diversos atores do sistema para o aproveitamento sustentável das oportunidades do mercado (SETU, 2008-2011).

Seu desenvolvimento está intrinsecamente ligado à idéia de espaço e tempo, uma vez que o turismo acontece em locais físicos específicos. Segundo Boullón

(2002), a finalidade do planejamento físico nos diferentes tipos de espaço, e especificamente no planejamento do espaço turístico, “é o ordenamento das ações do homem sobre o território, (...) ocupa-se em resolver harmonicamente a construção de todo tipo de coisas, bem em antecipar o efeito da exploração dos recursos naturais” (Boullón, 2002, p.72). Segundo o autor expõe, a aplicação do planejamento acontece ligada a um território ou espaço, o qual pode ser de caráter tanto natural quanto urbano. Em relação ao planejamento físico, Boullón esclarece que:

Seu campo de ação é toda a superfície da terra, seu objetivo é a organização do espaço e sua função é a de aperfeiçoar o uso atual, procurando fazer com que não entre em crise pelo esgotamento prematuro dos recursos não renováveis e pela exploração irracional dos renováveis (BOULLÓN, 2002, p. 72)

Ao se referir aos tipos de espaço físico, Boullón (2002) diferencia às expressões materiais das qualificações conceituais e dos termos utilizados pela ecologia, e distingue sete tipos de espaço físico, onde se destacam o espaço cultural, consequência de condicionamentos e modificações feitas pelo homem devido a suas necessidades sociais; o espaço natural adaptado, ou espaço rural; e o espaço artificial, também concebido como espaço urbano. No espaço rural predominam espécies do reino vegetal, animal e mineral que crescem conforme as forças da natureza, ainda que em espaços específicos reservados para o benefício e aproveitamento dos homens. O espaço artificial, ou espaço urbano, é entendido como “aquela parte da crosta terrestre em que predomina todo tipo de artefatos construídos pelo homem” (BOULLÓN, 2002, p.78), sendo o seu equivalente a cidade, ambiente em que todos os elementos que compõem a paisagem são planejados e construídos pelo homem. Ainda segundo o autor, a cidade é o:

Ambiente artificial inventado e construído pelo homem, cuja finalidade prática é habitar em sociedade, isto é, servir de espaço para a sociedade habitar, trabalhar e aproveitar o tempo de lazer, sem esquecer de sua função social (BOULLÓN, 2002, p.188).

Por último, o espaço cultural inclui as concepções tanto do espaço rural quanto do espaço urbano, já que em ambos se verificam a ação do homem, que modifica o ambiente de acordo com suas necessidades para a convivência em sociedade. O espaço urbano se caracteriza pela variedade de manifestações culturais, que são

impressas neste ambiente e em seus elementos através da arte e da arquitetura, entre outros (SCHEGER, 2002).

O vínculo do planejamento turístico com o espaço urbano é especialmente importante para a definição das ações a serem adotadas com vistas ao desenvolvimento sustentável da atividade. Neste sentido, a segmentação como estratégia de planejamento turístico permite uma melhor adequação das características do espaço às necessidades da demanda.

Aos efeitos do objeto de pesquisa, destacam-se os principais segmentos de turismo desenvolvidos nas cidades, o turismo cultural e o turismo de negócios, sem negligenciar outros segmentos que são desenvolvidos a partir da exploração das especificidades de cada contexto urbano. Conforme a Organização Mundial de Turismo (OMT), conceitualmente define-se o turismo cultural como:

Todo movimento de pessoas a atrativos culturais localizados em cidades de países que não aqueles nos quais residem normalmente, com o objeto de adquirir novas informações e experiências para satisfazer suas necessidades culturais (OMT, 2005, p.3).

Esse movimento de pessoas está motivado para o reconhecimento e consumo de sítios de interesse patrimonial, manifestações artísticas e culturais, exposições de arte e teatro, entre outros, considerando assim seus efeitos práticos nas cidades (OMT, 2005). Dentro das principais motivações indicadas por Swarbrooke como características do turismo cultural, destacam-se a visita a atrações e destinos com legado cultural e a festas tradicionais; as férias motivadas pela degustação de gastronomia nacional, regional e local; a participação em eventos esportivos tradicionais e a participação de atividades de lazer características da população moradora; a visita a locais de trabalho, tais como centros de artesanato, fábricas e fazendas (SWARBROOKE, 2002).

Beni entende que esse tipo específico de segmento se refere à:

Afluência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural, encontrado nas ruínas, nos monumentos, nos museus e nas obras de artes (BENI, 2006, p. 458).

Desta forma, o crescimento deste segmento responde a uma tendência de diversificação da demanda (GÃNDARA, s.d.) e compreende as atividades turísticas relacionadas a um interesse especial na cidade em sua totalidade, geralmente

associado à vivência de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e de eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura do destino visitado.

O turismo cultural possui um papel importante no meio urbano, espaço que concentra uma oferta de serviços, e que permite assim a exploração diversificada dessas características. Especificamente no que se refere às áreas centrais das cidades, Gândara (s.d., p.64) coloca que “os centros culturais, os museus, as galerias de arte, a revitalização de áreas urbanas e os festivais têm se convertido em importantes atrativos do turismo cultural”, sendo dessa forma um potencial de desenvolvimento da atividade devido às características descritas.

2.2 PLANEJAMENTO URBANO

Entre os anos de 1960 e 2000, a população urbana aumentou de 31 milhões para 190 milhões de pessoas, fazendo com que, a exceção de em algumas localidades na África e Ásia, a maioria das pessoas hoje em dia more em cidades (IBGE apud CUSTÓDIO, 2006). Aos efeitos de ilustrar a representatividade desse aumento na procura pela moradia em cidades, dos 170 milhões de brasileiros que residem no Brasil, o 80% da população está localizada no meio urbano, porcentagem que sobe para 90% no Sudeste (SCHEGER, 2002).

Esse crescimento do número de moradores urbanos é um fenômeno que aumentou no último século, resultado de movimentos migratórios em massa ocasionados principalmente pela consolidação do sistema econômico capitalista, da industrialização agrícola e da concentração da oferta de produtos e serviços em núcleos centrais de desenvolvimento. Em relação ao crescimento desses movimentos migratórios, Lopes (1998, p.35) afirma que “o processo de evolução das cidades passou a ser tanto de concentração, consequência da migração rural, quanto de expansão, a partir do crescimento explosivo da população já urbanizada”.

A cidade, como representação do meio urbano, define-se como:

Uma unidade ambiental, dentro da qual todos os elementos e processos encontram-se inter-relacionados e interdependentes, de modo que a mudança de um deles resulta em alterações nos outros componentes (Grinover, 2002, p.105).

Castrogiovanni expõe esse conjunto de relações entre os processos e componentes, quando estabelece que as cidades, “são espaços privilegiados quanto à concentração de atrações, serviços, simbolismos e produções culturais” (CASTROGIOVANNI, 1999, p.6), com uma série de elementos espontâneos e dinâmicos, relacionados a quem transita e pertence ao seu cotidiano. Ainda em relação à composição intangível do espaço urbano, Scheger coloca que a paisagem urbanística “é o conjunto constituído tanto pelas edificações como pelas relações que entre elas se estabelecem e sua inserção na malha urbana” (SCHEGER, 2002, p. 84), incluindo dessa forma aos elementos móveis indicados por Castrogiovanni (1999), e ao sistema identificado por Grinover (2007) que abrange fluxos, atividades e as criações do homem.

O estudo do planejamento das ações do homem nas cidades consolida-se como a área do urbanismo, e partindo da análise da concepção do movimento do urbanismo funcionalista (SOUZA, 2001), a cidade pode ser planejada segundo a atribuição de funções, que correspondem às necessidades dos usuários. As funções que lhe são atribuídas direcionam a criação e revitalização da infra-estrutura, dos meios de acesso, dos canais de distribuição, dos produtos e serviços, inclusive das intervenções urbanísticas, que são planejadas com o objetivo de satisfazer as demandas dos usuários.

Quanto às principais funções, destacam-se a condição de espaço de trabalho, de lazer, de relacionamento e do exercício de atividades cotidianas. Para uma maior compreensão sobre as características técnicas do meio urbano, Castrogiovanni afirma que a cidade possui seis principais componentes: a forma, a identidade, a função, a estrutura, os processos e significados (CASTROGIOVANNI, 1999). Cada um deles contribui para a criação de uma identidade urbana única, que identifica as características culturais da população moradora e flutuante, e que colabora na diferenciação dessa cidade de outras. O autor afirma que “as singularidades são os pontos particulares, específicos da paisagem e que diferenciam, caracterizam o espaço urbano” (CASTROGIOVANNI, 1999, p 28) e que, devido a isso, “a salvaguarda dessas especificidades é necessária, pois favorece a heterogeneidade do tecido urbano e conserva a história da ordenação espacial, assim materializada” (idem, p. 23). Neste sentido, Saboya (2008) afirma que essas mesmas singularidades permitem a compreensão e planejamento urbano considerando a solução de

problemas concretos, assim como a elaboração de projetos com alternativas que sejam práticas para a melhoria da qualidade de vida da população.

Quanto à formação técnica, Boullón se refere à composição da cidade, e explica que seus elementos formadores são: o zoneamento urbano, os espaços livres e as áreas verdes projetadas, o sistema viário, e os serviços públicos (BOULLÓN, 2002).

A compreensão dessas exposições e definições colabora no discernimento sobre os aspectos que compõem o planejamento urbano, também composto por etapas e pela atribuição de responsabilidades e estabelecimento de prazos para o seu desenvolvimento. O olhar técnico sobre a cidade permite reconhecer os elementos que a integram e modificam através de processos sociais, com especificidades e uma dinâmica própria que lhe agrega valor e que ajuda na permanente construção desse espaço coletivo.

Nas cidades modernas, o planejamento é um processo essencial para a organização em sociedade, para o que existem instrumentos que prevêm as políticas de desenvolvimento que são pertinentes às características locais de cada contexto.

Em relação aos instrumentos a serem observados no planejamento urbano brasileiro, a política urbana é prevista na Constituição Federal promulgada em 1988, Capítulo V, regulamentada através do Estatuto da Cidade (lei nº. 10257/2001). A Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal são outros dos principais documentos que direcionam as atividades nas cidades, cada uma em sua respectiva área de competência.

A Lei 10257 sancionada em 2001, conhecida como o Estatuto das Cidades, é a ferramenta federal que estipula as diretrizes para a organização do espaço urbano, prevendo o bem estar social e sustentável das populações, garantindo os direitos do cidadão à habitação e espaços de trânsito e lazer, a gestão democrática, e a cooperação entre os diversos setores da sociedade no processo de urbanização. A Lei de Parcelamento do Solo para fins Urbanos, a Lei do Perímetro Urbano e da Expansão Urbana, a Lei Plurianual, a Lei do Sistema Viário, o Código de Obras, Código de Posturas e os Projetos Setoriais, são alguns dos outros instrumentos legais relacionados à legislação da política urbana brasileira que complementam o ordenamento urbano no território (BEZERRA, 2008).

Devido ao fato de que cada local possui suas características próprias e exige projetos que atendam às demandas específicas, esse ordenamento é realizado através do Plano Diretor Urbano, instrumento de planejamento municipal previsto no Estatuto das Cidades que prevê de maneira geral, integrada e contínua, os temas prioritários e estratégias de uso e apropriação do espaço para o desenvolvimento de políticas econômicas, ambientais e sociais que busquem desenvolver as funções sociais da cidade. O Plano Diretor é obrigatório para as cidades com população urbana superior a 20.000 habitantes, em municípios situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, para aqueles municípios que se situem em áreas de interesse turístico e para aqueles situados em áreas sob influência de empreendimentos de grande impacto ambiental (CURITIBA, 1966). É obrigatório também para aqueles municípios onde o poder público pretende utilizar os instrumentos de parcelamento ou de edificação compulsórios.

Os instrumentos do planejamento urbano devem ser utilizados para garantir que as cidades exerçam sua função social, tendo em vista suas funções, sua composição e componentes. Conforme explica Barreto (1999), o espaço público tende a ser percebido como um âmbito impessoal e alheio, elemento pelo que as pessoas buscam se apropriar para humanizar ou “personalizar” a apatia gerada na cidade. Ainda neste sentido, a autora coloca que essa busca pela apropriação da cidade é manifestada geralmente de forma negativa, principalmente devido às falhas no planejamento de alternativas, com expressões de vandalismo e pichação, e com a degradação de equipamentos e espaços públicos (BARRETO, 1999).

A aplicação dos instrumentos de planejamento urbano para o ordenamento das cidades deverá considerar a importância de suprir essas necessidades, criando alternativas e estratégias para a valorização e preservação do patrimônio coletivo e um melhor aproveitamento dos espaços urbanos.

2.3 TURISMO E URBANISMO

Inserir-se o planejamento estratégico e participativo do turismo em áreas urbanas como uma necessidade para o desenvolvimento de diferentes segmentos da atividade turística especificamente no âmbito das cidades, tendo em vista que 90% do turismo interno brasileiro se concentra nas áreas urbanizadas do País, com sua

maior expressão em cidades com infra-estrutura e oferta de atrativos e serviços mais significativos.

Ao relacionar a atividade turística aos espaços urbanos, Cruz afirma que “não se pode compreender o fenômeno do turismo de massa fora do contexto de espaços urbanizados” (CRUZ, 2000, p. 24), implicando que existe uma grande demanda pela visitação de cidades, o que as posiciona como os principais destinos turísticos contemporâneos. Da mesma maneira, Yázigi aponta a importância do espaço urbano para o desenvolvimento da atividade turística, já que mesmo em viagens que acontecem no meio natural, as cidades servem como um ponto de escala para os turistas, que se aproveitam da grande oferta de serviços (YÁZIGI, 2003). Em relação a essa crescente procura por centros urbanos, Cruz ainda explica que “não são os recursos físico-naturais que motivam, por si mesmos, o deslocamento turístico, senão os serviços complementares que vivem ao abrigo das concentrações humanas” (CRUZ, 2000, p. 24). Ao se referir à sua composição, Yázigi coloca que “a cidade sedia encontros, informação, diversão, negócios, serviços, compras, sendo cada uma dessas categorias é subdividida em inumeráveis possibilidades de atração turística.” (YÁZIGI, 2003, p. 72), elencando desta forma os serviços complementares identificados por Cruz. Evidencia-se assim que a atratividade nas cidades está relacionada à oferta de opções de lazer e de atividades, manifestações das culturas desses espaços urbanos.

Em quanto ao urbanismo como elemento a ser relacionado com o turismo, conforme Castrogiovanni,

A ordenação urbana compreende o processo de organização dos elementos que compõem o espaço urbano de acordo com o estabelecimento de relações de ordem, com base na construção de uma hierarquia de valores, no caso, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das atividades turísticas. (CASTROGIVANNI, 1999, p.22)

Beni (2006) afirma que, na oferta do turismo urbano, devem ser destacados os marcos referenciais tanto da paisagem natural quanto construída, em uma visão que abarque elementos como parques, rios e lagos, e obras arquitetônicas históricas como museus, pontes, viadutos, monumentos, praças e jardins (BENI, 2006). Segundo explica o autor, os pontos nodais urbanos de atração turística, são enclaves sociais de características étnico-culturais; corredores cênicos que permitem sua leitura cultural; espaços de concentração da população residente, tais como praças,

mercados, zonas de comércio, shoppings e ruas, em que se situam empreendimentos e comércios de interesse turístico e funciona a dinâmica do cotidiano local (BENI, 2006).

Para uma maior compreensão do fenômeno da urbanização turística, Scheger (2002) coloca duas vertentes de reflexão ao respeito, a primeira que se refere ao contexto de um Estado não interventor na prática do turismo, com um papel secundário de apóio nas iniciativas de revitalização e nas práticas de *city marketing*; e a vertente que busca “fazer do cotidiano de seus habitantes o ponto de partida para o planejamento” (SCHEGER, 2002, p. 84), elemento necessário para as intervenções urbanas. A primeira vertente possui uma visão empresarial, e na segunda visão, parte-se da necessidade de um planejamento turístico realizado em conjunto, com a intervenção do poder público e da iniciativa privada nos projetos de desenvolvimento turístico no espaço urbano.

Conforme visto, a interpretação das cidades necessariamente deve avaliar o interesse de todos seus usuários, população fixa e flutuante, que convivem no mesmo espaço físico e possuem considerações diversas sobre as ações a serem realizadas, vinculadas às suas motivações e expectativas. Ao respeito dessa análise de participação, Cruz coloca que “toda análise – que se pretenda consistente – sobre a criação de territórios turísticos, deve considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a atividade, bem como suas dimensões globais e locais” (apud GRINOVER, 2007). Gândara (s.d.) apresenta a percepção das cidades por parte dos turistas, e coloca que ela possui um mínimo de quatro leituras gerais básicas: a cidade como espaço de interpretação do tempo e das histórias locais, a cidade como espaço de consumo, como espaço onde satisfazer expectativas culturais associadas a uma massa crítica de interesses e atividades, e como espaço onde realizar negócios e participar de eventos profissionais (GÂNDARA, s.d.). Neste sentido, cabe ressaltar a diferenciação identificada por Beni (2006) em relação ao turismo receptivo e ao lazer urbano, sendo a principal distinção desses conceitos o referencial do agente consumidor.

Em relação ao planejamento de uma cidade e à inserção da atividade turística como uma forma alternativa de desenvolvimento socioeconômico, precisa ainda se contemplar os impactos das intervenções do planejamento turístico em espaços urbanos, o que pode acarretar em especulação imobiliária e conseqüente exclusão das camadas sociais mais baixas desses locais, fenômeno recorrente em projetos de

reabilitação e revitalização das cidades (SILVA, 2004). Seguindo esta linha, Wainbegr afirma que, “os visitantes de uma cidade, os fluxos, podem ter uma leitura muito tênue daquilo que um determinado espaço urbano pode significar em termos de prazer cotidiano para os fixos” (WAINBEGR, 1999, p.25) e é neste sentido que os interesses e a qualidade de vida dos moradores deverão ser priorizados para garantir a recuperação de espaços e o ordenamento das cidades. Wainbegr (1999) se refere à percepção da cidade por turistas e até por moradores, e declara que a atração exercida pela cidade,

É estimulada pelo estranhamento causado por sua arquitetura, vias, limites, bairros, pontos nodais marcos, avenidas, cafés e bares. É uma obra de arte viva, e seus atores móveis são os seus habitantes. Há cores e odores. Hábitos e costumes. História e memória. No campo estranho, todo detalhe é relevante na composição do todo (WAINBERG, 1999, p. 11).

Essa fascinação urbana compreende-se a partir dos complexos processos que a conformam e de sua enorme diversidade cultural, uma vez que “o uso da cidade como espaço de integração de produtos turísticos responde ao crescente interesse pelas questões culturais e patrimoniais, como também por práticas de usos diferenciados dos setores espaciais” (WAINBEGR, 1999, p. 16). Ainda conforme o autor, “a peregrinação urbana é estimuladora por deter potencialmente uma boa densidade de artefatos diferenciadores” (WAINBEGR, 1999, p. 16), os quais permitem que as experiências turísticas nas cidades sejam vivenciadas de maneira única em cada viagem. Neste mesmo sentido, como um espaço artificial criado pela convivência dos grupos sociais, Gastal (1999) propõe a consideração do planejamento da cidade como um resultado cultural que apresenta por sua vez processos e produtos culturais, consumidos tanto pela população local quanto pelos seus visitantes. Conforme visto, esses processos envolvem os comportamentos e tradições dos habitantes em seu cotidiano, e algumas das manifestações comercializadas são as obras de arte, a arquitetura, o artesanato, a gastronomia etc.

Ao elaborar o processo de planejamento turístico em áreas urbanas, busca-se evitar o turismo descolado do seu entorno, entendendo ele tanto como uma atividade produtiva quanto uma opção de lazer. Neste sentido, o consumo do espaço e das manifestações culturais nas cidades deve ser previsto de maneira sustentável, procurando evitar a descaracterização da cultura e a segregação espacial de turistas

e residentes, valorizando assim as especificidades e diversidades urbanas e criando vínculos que colaborem para uma melhor compreensão dos atrativos visitados.

A sustentabilidade como diretriz de desenvolvimento para o planejamento turístico nos espaços urbanos é uma necessidade fundamental para o fortalecimento da atividade e a maximização de seus impactos positivos, independentemente do segmento sendo desenvolvido ou das características físicas do espaço turístico.

Em relação ao desenvolvimento desta atividade na cidade, sua análise exige uma visão global sobre o conjunto dos elementos que conformam a paisagem. Dessa forma, a partir do estudo do conjunto, busca-se partir para considerações mais detalhadas, com uma visão que identifique os marcos referenciais e os pontos de encontro na cidade, certas áreas que possuem características comuns dentro do conglomerado da cidade (BOULLÓN, 2002).

Segundo Castrogiovanni, tendo em vista uma maior compreensão do processo de planejamento urbano e turístico na cidade, pode-se dividir esse espaço em pontos de encontro ou focos urbanos, os quais são “locais onde se encontram habitualmente inúmeras pessoas” (CASTROGIOVANNI, 2002, p.28), e que por sua vez podem ser analisados como nodos, *mojones* ou marcos divisórios, bairros, setores (áreas específicas nos bairros), bordas (franjas urbanas) ou caminhos. Assim, os nodos são pontos de intersecção de uso público, tais como praças, passeios, mercados e shoppings. Os marcos divisórios ou *mojones*, são elementos que se destacam na paisagem urbana, tais como monumentos ou construções, e que podem servir tanto como atrativos turísticos ou como referência para o movimento dos fluxos (CASTROGIOVANNI, 2002).

O órgão responsável pelo planejamento urbano das cidades no Brasil é o Ministério das Cidades, que especificamente para a reabilitação de centros urbanos brasileiros, possui o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. Segundo esse mesmo Ministério (MCIDADES, 2008, p.10), entende-se por centro “uma das áreas principais da cidade, uma área que reúne várias atividades e que tem o poder de congregar as pessoas através de valores concretos e simbólicos”, conceito que não está necessariamente ligado a um bairro histórico. Já as áreas urbanas centrais são definidas como

Bairros de uso misto, que concentram diversidade de serviços, comércio e oportunidades e contam com características que os identificam e permitem seu reconhecimento, quer devido a sua arquitetura, ao período histórico que foi edificado, aos equipamentos culturais e urbanos existentes, etc. (MCIDADES, 2008, p. 75).

Para que sejam conformadas como tais, essas áreas precisam ser reconhecidas de maneira coletiva, tendo também a concentração de atividades comerciais e a existência de canais de distribuição, de meios de transporte e de uma oferta de equipamentos culturais e urbanos que esteja vinculada ao cotidiano da cidade. Conforme o Ministério das Cidades (MCIDADES, 2008), as áreas urbanas centrais podem ser conformadas por um ou mais bairros, na medida em que os mesmos estejam urbanizados e consolidados no imaginário coletivo e que possuam infra-estrutura, acessibilidade e uma oferta de produtos e serviços significativa para os usuários.

A política habitacional no Brasil, até recentemente, buscou priorizar a expansão urbana das cidades, criando infra-estrutura e meios de acesso nas periferias, provocando assim o esvaziamento das áreas urbanas centrais. Isso ocorreu devido à consideração dos centros tradicionais como centros comerciais saturados, que exigiam a descentralização de suas atividades, momento a partir do qual as diferentes classes sociais optaram por morar e transitar por bairros mais afastados e evitar problemas tais como o trânsito e superpopulação. Dentre os elementos que colaboraram com esse processo de estratificação da cidade, destacam-se a alteração dos padrões de consumo com o abandono da classe média de lojas e atividades de lazer em espaços públicos, o desenho da política habitacional citada e a criação de meios de acesso em locais alternativos ao centro, que permitiram o afastamento das camadas sociais de maior poder aquisitivo do trânsito e do comércio das áreas urbanas centrais (MCIDADES, 2008). Esse abandono nos centros provocou um maior índice de violência, marginalidade e de decadência das construções, já que muitos dos edifícios não foram reutilizados, as unidades administrativas foram dispersas pela cidade e foi evidenciada uma desapropriação desse espaço urbano (MCIDADES, 2008).

Segundo Scheger, a paisagem urbanística “evidencia sempre as condições de ação e as intenções dos agentes sociais, isto é, dos diferentes grupos de pessoas envolvidas quer em sua produção e utilização, quer em sua modificação e transformação” (SCHEGER, 2002, p. 85). Assim, alternativas de desenvolvimento

sustentável e novas transformações surgem com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos usuários dessas áreas e de permitir maior acesso às diferentes classes sociais, democratizando o uso desses espaços. Por reabilitar, entende-se “recompor atividades, habilitando novamente o espaço, através de políticas públicas e de incentivos às iniciativas privadas, para o exercício de múltiplas funções urbanas” (MCIDADES, 2008, p.10), e ainda, por reabilitação urbana,

O processo de recuperação e adaptação de áreas urbanas consolidadas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana, criando condições e instrumentos necessários para conter os processos de esvaziamento de funções e atividades (MCIDADES, 2008, p.75).

O conceito de reabilitação difere do termo revitalização na medida em que essas áreas não denotam ausência de vitalidade, mas precisam ser reutilizadas para um maior acesso a todas as camadas da sociedade. O seu uso freqüente supõe uma estratificação social, e conforme declara Vainer (2000), com o termo revitalização busca-se renegar um tipo de vitalidade e recuperar essas áreas para determinados grupos sociais. Nesse sentido, entende-se que a reabilitação urbana é um,

Processo de gestão de ações integradas, públicas e privadas, de recuperação e reutilização do acervo edificado em áreas já consolidadas das cidades (...); a melhoria dos espaços e serviços públicos, da acessibilidade, e dos equipamentos comunitários na direção do repovoamento e utilização de forma multiclassista” (MCIDADES, 2008, p.12).

Inserir-se a Política de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades como uma diretriz de planejamento estratégico e participativo para diminuir a expansão das cidades e dinamizar e repovoar seus centros. Através do Plano de Reabilitação Urbana de áreas Centrais, objetiva-se a identificação das potencialidades e deficiências dos espaços para a utilização de instrumentos (incluindo aqueles previstos no Estatuto das Cidades) para a recuperação de imóveis e equipamentos subaproveitados, com vistas à democratização dos espaços e à diminuição da segregação espacial e social, um dos principais problemas identificados nas cidades (MCIDADES, 2008). Neste sentido, é importante ressaltar que o intuito da reabilitação não é a exclusão com a criação de cenários que escondam ou permeiem a realidade local da cidade, fenômeno denominado de “gentrificação” e criticado por Meneses como um dos principais problemas dos

Programas de reabilitação de centros históricos e de reutilização de patrimônios culturais brasileiros (MENESES, 2002).

Pelo contrário, o que se pretende através do Programa é a inclusão e a habitação do centro através de critérios de preservação. Segundo Meneses (2002, p.58), o processo de “gentrificação” significa “reabilitação urbana de áreas de interesse cultural, mas degradadas, como investimento em que se espera que o retorno reflita em valor cultural agregado”, e, o autor ainda especifica que na maioria dos casos, esses Programas se devem principalmente à participação da iniciativa privada nesses processos de cenarização dos espaços urbanos. Conforme Scheger, “na paisagem urbanística existente, em sua proteção, preservação, revitalização e requalificação (...), insere-se uma vez mais a questão da cidadania e com ela a da civilidade e da urbanidade” (SCHEGER, 2002, p.92), para o que se faz necessário o envolvimento da iniciativa privada.

Dentre as diretrizes a serem observadas na política de reabilitação federal (MCIDADES, 2008), se destacam a integração das ações e Programas de revitalização sendo desenvolvidos nas áreas centrais, projetos que podem ser de caráter público ou privado, do âmbito municipal ou de outras esferas; a promoção da conservação do patrimônio construído e a consolidação de uma cultura de reabilitação urbana; o incentivo à gestão participativa no processo de reabilitação; o fortalecimento dos vínculos entre os fluxos populacionais e os bairros; a inclusão e permanência da população de baixa renda nesses espaços; o reforço das funções econômicas e o estímulo à geração de novos empregos com possibilidades de desenvolvimento; a adequação de legislação urbanística para os padrões de construção; a contribuição para a redução do déficit habitacional em áreas centrais; a articulação de outras funções sociais nesses espaços, sempre através do incentivo à criação de parcerias com a iniciativa privada.

Dentre os principais objetivos do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, se destacam o incentivo a habitação e permanência de diversas classes sociais e o estímulo à diversidade funcional com complementação da preservação do patrimônio cultural e ambiental com funções econômicas. De qualquer forma, existem alguns empecilhos para esse processo de gestão, os quais estão relacionados com o próprio contexto socioeconômico nacional, já que “toda vez que o diminuto mercado de classe média em nosso país abre uma nova fonte de expansão, esvazia a anterior”, sendo que “cada porção do centro “enobrecida” é mais uma favela ou

pedaço de periferia precária que se forma” (MCIDADES, 2008, p.15). Dessa forma, as práticas desenvolvidas deverão seguir modelos implantados em outras realidades sociais, mas adequando-as à realidade e contexto cultural local, aos interesses envolvidos e às possibilidades encontradas.

2.4 A CIDADE DE CURITIBA: PLANEJAMENTO URBANO E TURÍSTICO

Curitiba é a capital do Paraná, estado brasileiro que ocupa 34,6% da região sul e 2,3% do território nacional, com 10,5 milhões de habitantes e uma importante participação no mercado turístico nacional e internacional (SETU, 2007-2011). Conforme Censo Demográfico (IBGE, 2000), a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) conta com 2,5 milhões de habitantes, sendo que 1,8 milhões dos mesmos residem em Curitiba.

Em 2007 a receita total gerada com o turismo no Estado superou os US\$ 2,2 bilhões, quantidade que vêm crescendo de maneira significativa, em parte devido à elaboração e execução das Políticas Estaduais de Turismo 2003-2007 e 2008-2011 (SETU, 2008). Nesse cenário, Curitiba pertence à região turística Rotas do Pinhão – Curitiba e Região Metropolitana, e vincula-se ao Fórum Metropolitano de Turismo, instância de governança regional que representa os interesses dos atores envolvidos com a atividade no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério de Turismo.

O planejamento turístico no Estado é coordenado pela Secretaria do Estado de Turismo – SETU, e em Curitiba pelo Instituto Municipal de Turismo. Apóiam estes órgãos os Conselhos Estadual e Municipal de Turismo, composto pelas entidades vinculadas ao desenvolvimento da atividade turística nos diferentes âmbitos. Especificamente em relação ao desenvolvimento do turismo em Curitiba, segundo dados fornecidos pela Paraná Turismo (2007), Curitiba recebeu 64,4% de visitantes nacionais em 2007, sendo que o 34,5% desses turistas foram provenientes do interior do Paraná, e tiveram como principais motivações para sua visita: negócios com 29,9%, seguido por visitas a parentes e/ou amigos com 27,0%, e lazer com 19,9% (PARANÁ TURISMO 2007). Ainda conforme a Secretaria do Estado de Turismo (SETU),

Curitiba é uma cidade que atrai turistas e excursionistas de todas as regiões do Paraná, por ser a capital do Estado e ter aspectos peculiares em relação à cultura, importância histórica, inovações urbanísticas e a elevada qualidade de vida (SETU, 2007).

Em relação ao planejamento urbano da cidade, a criação de parques urbanos ao longo dos rios como prevenção contra as enchentes e contra a ocupação clandestina em áreas inundáveis, junto com um moderno sistema de transporte integrado que segue eixos específicos de desenvolvimento, são os principais cartões de apresentação de uma cidade que é reconhecida nacional e internacionalmente pelos seus Programas de urbanismo e seus atrativos turísticos (MENEZES, 1996). Nesse sentido, Curitiba pertence o maior número e a maior área de parques urbanos do país (mais de 50 m² por habitante) (PMC, 1999).

Na década de 1940, Curitiba possuía aproximadamente 140 mil habitantes, e quanto à história formal do planejamento urbano de Curitiba, começa com a elaboração do Plano Agache (1943), primeiro documento que ordenou as diretrizes de desenvolvimento da cidade. O processo de planejamento do espaço urbano curitibano adquiriu maior destaque na década de 1960 com a criação do Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba (IPPUC), órgão que foi responsável pela elaboração do Plano Diretor da cidade (1966) e que hoje é encarregado de sua revisão e aplicação. O IPPUC tem a atribuição, junto com outras instituições, de direcionar e implantar ações de planejamento integrado em Curitiba, combinando elementos arquitetônicos e técnicos nos aspectos ambientais e sociais da cidade, com o objetivo de contribuir na execução de suas funções sociais.

Na época em que foi elaborado, o Plano Agache estipulou o crescimento radial da cidade, áreas funcionais para habitação, serviços e indústrias, a reestruturação viária, assim como medidas de saneamento. Desses elementos a maioria dos projetos foi revista com a elaboração do Plano Diretor de Curitiba em 1966, o que modificou radicalmente a forma em que Curitiba se desenvolveu a partir dos anos 70.

O Plano Diretor de Curitiba começou a ser estruturado a partir da elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), que propôs um modelo de desenvolvimento linear através de eixos estruturais na cidade. Conforme afirma Zirkl (2003), a principal diferenciação da cidade em relação aos processos de ordenamento urbano, foi a elaboração precoce desse Plano Diretor e de sua gradativa implantação nos anos seguintes. Assim, o autor explica que o momento da

elaboração e a análise do grau de densidade populacional da cidade foram cruciais para a conformação desse documento, uma vez que “enquanto em Curitiba o plano foi lançado no começo do crescimento urbano, em outras cidades como Rio de Janeiro ou Belo Horizonte adotaram os seus planos com as cidades já crescidas” (ZINKL, 2003, p. 93).

Neste mesmo sentido, o interesse no ordenamento urbano de Curitiba começou em um contexto nacional de ascensão de forças burocrático-militares e do fortalecimento da ideologia do pensamento racional, corrente que influenciou a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo (PPU) com linhas do urbanismo modernista (SOUZA, 2001). No entanto, a principal dificuldade identificada nos projetos de planejamento é garantir a continuidade, aspecto que depende em grande medida de decisões políticas, condicionadas por trocas de gestão e por empecilhos muitas vezes criados na negação das iniciativas de gestões passadas (BARRETO, 1999). Dessa forma, Zinkl (2003) coloca que, ainda com a suspeita de clientelismo nos órgãos responsáveis pelo planejamento de Curitiba, um dos aspectos que permitiu o desenvolvimento urbano da cidade foi a permanência durante trinta anos dos mesmos planejadores no IPPUC, estabilidade administrativa que facilitou que fossem concretizados os projetos por eles mesmos ideados. Assim, ainda tendo em consideração esses elementos, a elaboração do Plano Diretor no momento em que a cidade começava a crescer permitiu que as características físicas do território fossem adequadas a certas diretrizes de desenvolvimento integrado, permitindo maior acessibilidade e controle de uso do espaço. Devido a que a cidade de Curitiba sofreu uma grande expansão do seu número de habitantes em um curto período de tempo, existiu a necessidade da execução do Plano como forma de adequar os instrumentos urbanos às crescentes demandas populacionais.

Conforme visto, o planejamento se deu a partir da delimitação de eixos estruturais de onde cresceria Curitiba. Esses eixos foram elaborados com a criação de Unidades de Vizinhança (UV), que permitiram a análise da densidade populacional nos espaços urbanos, sendo esse um quesito de grande importância na previsão das unidades administrativas, dos centros funcionais e do crescimento da cidade. Os dois eixos foram criados como linhas que combinariam um tripé integrado: sistema viário, transporte de massa e uso do solo, nos sentidos nordeste - sudoeste e leste-oeste.

Alguns dos principais aspectos previstos no Plano Diretor de 1966 que colaboraram para o ordenamento urbano da cidade foram o controle do crescimento urbano (crescimento linear com eixos estruturais, eixos metropolitanos e eixos viários principais), o zoneamento urbano e a lei do uso do solo, e o desenvolvimento e a ampliação da infra-estrutura urbana (saneamento básico, construções de vias, habitações, área de saúde, educação, etc.) (ZIRKL, 2003).

Dentro dessas áreas de infra-estrutura, os principais projetos e ações previstas foram: a instalação de bibliotecas (faróis do saber); a alfabetização dos moradores; os cursos de profissionalização (oficinas de trabalho); a criação da Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE); a educação ambiental nas escolas; os Programas de coleta seletiva; a criação da cooperativa de catadores de papel; o Programa odontológico nas escolas (cárie zero); a melhoria dos postos de saúde; o fornecimento de remédios básicos (Farmácia Curitiba), a criação do Sistema Único de Saúde (SUS); assim como a utilização de estratégias de marketing para a promoção do desenvolvimento econômico, através da Linhã de Emprego na periferia e de ações de incentivo para a habitação da população na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) (ZINKL, 2003).

Nos anos 70, o Plano Diretor foi efetivamente executado, buscando “resolver os problemas com um enfoque global da cidade, respeitando a escala, a história e a cultura da cidade” (IPPUC, 2009). A partir da década seguinte, o planejamento urbano de Curitiba teve interesse na descentralização de suas unidades administrativas, criando-se Administrações Regionais da Prefeitura e implantando-se a Tarifa Social Única, que permitiu a efetivação da Rede Integrada de Transporte (RIT) e um maior acesso entre os bairros e setores mais afastados do centro da cidade. Nesta mesma década, foi aprovada a Lei do Solo Criado, importante instrumento para a preservação do patrimônio cultural da cidade (IPPUC, 2009).

Com a inserção do conceito de desenvolvimento sustentável no urbanismo, a partir dos anos 90 o planejamento da cidade foi permeado por uma maior preocupação com a adequação das ações do Plano à preservação dos recursos naturais e diminuição das desigualdades sociais, pelo que foi inaugurado o Linhã do Emprego na periferia e buscou-se a implantação e manutenção de novos parques. Da mesma forma, a última década caracterizou-se por uma crescente preocupação com a qualidade de vida e a participação dos atores sociais no processo de planejamento, sendo priorizada “a construção de uma cidade mais humana e

solidária”, com a integração de políticas setoriais equitativas e uma gestão “cada vez mais compartilhada e democrática” (IPPUC, 2009).

Dessa forma, em relação à gestão governamental no planejamento urbano das cidades, conforme autores como Zinkl (2003) e Scheger (2002), existe uma tendência à diminuição do protagonismo do poder público no desenvolvimento dos projetos urbanos, principalmente em função da redução do interesse pelo espaço coletivo por parte da sociedade e da própria administração. Essa tendência se comprova através da grande importância outorgada ao mercado e ao sistema econômico na estrutura contemporânea das cidades, que modifica as linhas de pensamento e influencia grandemente os projetos de urbanismo e de desenvolvimento no espaço. Neste sentido, cabe ressaltar a importância da gestão do poder público como principal representante dos interesses coletivos, e que,

A autonomia concedida à ação empresarial, sem Programas mais abrangentes de regulação estatal em termos de planejamento, dificulta – quando não elimina – as possibilidades de participação social no estabelecimento dos parâmetros e dos limites de ação do setor privado, colocando em risco direitos urbanos anteriormente conquistados (SCHEGER, 2002, p.97).

Curitiba apresenta-se como uma cidade cosmopolita, que foi planejada para garantir um maior ordenamento de suas funções sociais, e que sendo assim, possui uma tendência à expansão populacional na área metropolitana (MENEZES, 2002). Dentro das tendências que se identificam em projetos urbanos em desenvolvimento na cidade, destacam-se a descentralização das unidades administrativas e de serviço social, a elaboração de alternativas de transporte de massa, e a reabilitação de áreas centrais subaproveitadas com a inserção de novas funções para esses espaços e a recuperação de monumentos e edifícios de interesse social através de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor.

Especialmente nesse sentido, Grinover recomenda a elaboração e execução de estratégias inovadoras de desenvolvimento urbano, buscando o tripé de maior equidade social, prudência ecológica e eficiência urbana (GRINOVER, 2007).

2.5 PROGRAMA “Centro Vivo”

O Programa “Centro Vivo” é uma iniciativa auto-sustentável da iniciativa privada, com apoio Prefeitura Municipal de Curitiba, do Governo do Estado do Paraná e da Imprensa Oficial. Foi elaborado em 2003 pela Associação Comercial do Paraná (ACPR) e se trata do conjunto de ações onde organizações e empresários contribuem de forma associativa, via patrocínios e parcerias, para incentivar o desenvolvimento do bairro Centro de Curitiba a partir do resgate de suas áreas urbanas, assim como da criação de eventos promocionais para o aumento da comercialização nesses espaços. Como seu objetivo primário, o Programa pretende:

(...) fazer do Centro da Cidade um local onde as pessoas queiram morar, se encontrar, fazer suas compras e seu lazer, possibilitando um considerável crescimento na circulação de consumidores de bens e serviços e um conseqüente aumento no fluxo de capital, gerando novos empregos e riqueza para nossa cidade (ACPR, 2009).

A iniciativa dos empresários procura a mobilização dos atores sociais com o intuito de “desenvolver, viabilizar e implementar ações de revitalização e valorização dentro da Região Central de Curitiba”, e procura principalmente “aumentar o volume e a qualidade de negócios gerados nesta região, gerando renda, riqueza, empregos e principalmente, uma cidade mais humana e segura” (ACPR, 2009).

O Programa delimitou sua área de atuação em aproximadamente 1km² do centro da cidade, entre as ruas Saldanha Marino e Visconde de Nácar e a Avenida Visconde de Guarapuava e a Rua Mariano Torres, atingindo dessa forma os principais pontos comerciais da cidade, e entre eles, os pontos de encontro das praças Rui Barbosa, General Osório, Tiradentes, Santos Dumont, Carlos Gomes, Zacarias, José Borges Macedo e a Praça Santos Andrade, conforme segue no mapa abaixo.

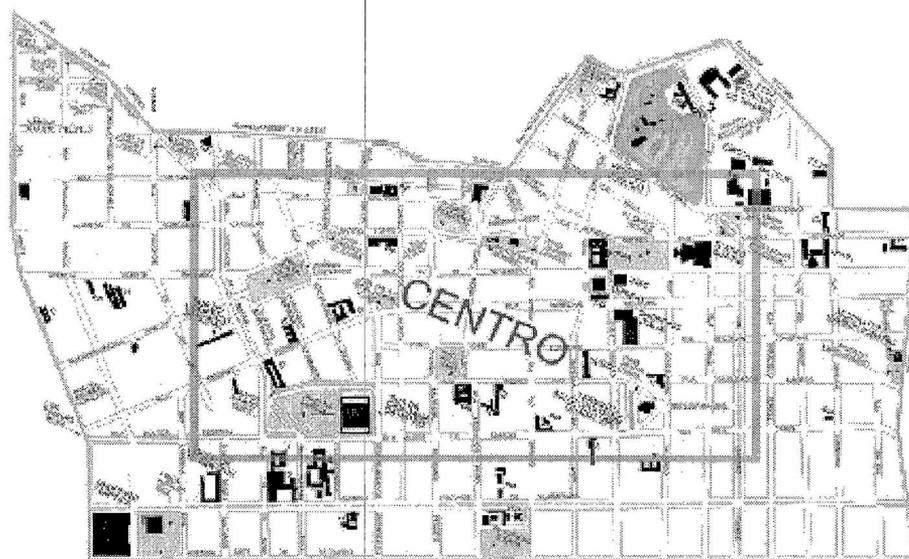


FIGURA 1 - MAPA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA “Centro Vivo”.
 FONTE: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, SITE OFICIAL. 2009.

A idéia do Programa é a implantação de um grande Condomínio Comercial, Turístico e Cultural nessa área específica, que seja produto de parcerias formadas por entidades de classe, associações, poder público, do sistema educacional e a iniciativa privada. Dessa forma, o Programa já possui diversas parcerias com entidades e a iniciativa privada, e pretende em sua visão o reconhecimento dessa integração na revitalização da área central da cidade. Conforme é divulgado em seus canais de comunicação, tais como o *site* oficial e nas duas edições da Revista Seminário “Centro Vivo” (2006, 2007), o principal trabalho do Programa é a “transformação da Região Central da Cidade em um ambiente integrado, agradável, seguro e de fácil acesso, com diversos diferenciais promocionais, turísticos e culturais.” (ACPR, 2009).

Como público alvo dessa iniciativa, o Programa está direcionado a todas as faixas etárias e busca atingir os 1300 estabelecimentos comerciais e 33 mil moradores do centro de Curitiba, além das 140 mil pessoas que transitam e realizam atividades nesta área.

Dentre as principais ações de revitalização visando a exploração do potencial econômico, cultural e turístico do Centro de Curitiba, destaca-se a promoção conjunta da iniciativa em datas específicas, as liquidações anuais, os eventos comuns realizados nos segmentos comerciais, as mudanças paisagísticas, as ações coletivas de responsabilidade social e o aperfeiçoamento da qualidade do atendimento em

lojas e comércios da área delimitada (FGV, 2004, p.2). Possui principal destaque o Projeto Ponto Ativo, parceria do Programa com a empresa Ponto Frio, em que se propõe a criação de um espaço sem custo onde os moradores cadastrados realizam atividades no Clube de Leitura, na cozinha experimental, atividades de alfabetização digital, de acesso a internet, atividades físicas, cursos profissionalizantes, entre outros.

A gestão estratégica e operacional é desenvolvida pela Associação Comercial do Paraná e a Biancamano & Wykrota Consultores Associados. O processo é submetido a um Conselho Gestor do “Centro Vivo”, o qual é formado por vinte empresários com negócios na região central e com quatro representantes do poder público, sendo dois do Governo de Estado e dois da Prefeitura Municipal, ambos ligados a áreas de Planejamento e Segurança (FGV, 2004).

Devido à quantidade de demandas para a reabilitação dessas áreas e à diversidade do caráter dessas ações, a organização do “Centro Vivo” foi estruturada com três macro-Programas, que são o Programa de Modernização da Atividade Comercial (PROMACOM), o Programa de Infra-Estrutura (PRONFRE) e o Programa de Comunicação Corporativa (PROCORP). O PROMACOM contribui para o desenvolvimento econômico do micro e pequeno empresário da região central, o PROINFRE trabalha na melhoria de aspectos da infra-estrutura (segurança, habitação, acessibilidade, trânsito, iluminação, restauro de unidades de interesse histórico, de estacionamentos, coleta de lixo, etc.) do centro de Curitiba, e o PROCORP desenvolve ações de Responsabilidade Social, promovendo campanhas para a atração de consumidores, tais como ações de visibilidade e a realização de eventos promocionais e culturais.

O Programa “Centro Vivo” possui interesse na divulgação de informações para turistas, assim como da promoção de alguns pontos turísticos inseridos em sua área física de atuação, em especial monumentos históricos tais como o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. Dessa forma, entende-se que o turismo é previsto como uma potencialidade de desenvolvimento dentro do Programa. As ações diretas realizadas em pró do desenvolvimento do turismo nestes espaços limitam-se à divulgação de informações de segurança e relacionados à seleção desses pontos turísticos no *site* oficial do Programa.

Hoje em dia, o Programa “Centro Vivo” é o projeto piloto do Projeto Desenvolver, que espera a consolidação do primeiro para sua ampliação em outros bairros da cidade. O Programa “Centro Vivo” foi premiado com o 2º Premio FGV – EAESP de Responsabilidade Social no Varejo.

Nesse sentido, conforme Scheger, “a ação urbanística sobre os espaços existentes ou a criação de novos espaços dotados de qualidade urbanística podem ser fatores significativos para a economia política das cidades e em especial para o turismo” (SCHEGER, 2002, p.92), afirmação também inversa no caso de destinos já consolidados, como é caso de Curitiba. Conforme esclarece Custódio ao afirmar que “o turismo quando planejado tende consolidar um destino justificando que mudanças urbanas sejam realizadas para seu atendimento (CUSTÓDIO, 2006, p.15)”.

Dessa forma, entende-se que a participação da iniciativa privada na elaboração e estruturação de um Programa com intervenções urbanísticas, para o aumento da qualidade de vida e da atividade comercial na área central de Curitiba, merece a análise sobre as formas de planejamento e inclusão de demais atores no processo, assim como dos impactos desse empreendimento na atividade turística do destino. Conforme afirma Custódio, “a gestão do turismo em escala local deve ser entendida num sentido amplo, de compartilhamento de responsabilidade entre os setores público, privado e terceiro setor” (CUSTÓDIO, 2006, p. 35). Lopes reforça a afirmação quando coloca que a cooperação público-privada tem como objetivo “coordenar ações individuais ou comunitárias para a busca e a implementação de objetivos consensuais”, uma vez que “a construção de uma nova cidade é uma tarefa comum da sociedade, atuando através de seus governos, entidades, e empresas e instituições (LOPES, 1998, p.88).

A participação conjunta desses dois atores, da iniciativa privada e do poder público, se insere como uma das principais premissas para desenvolvimento de projetos que atingem à totalidade da sociedade, sendo indispensável tanto na formulação de intervenções urbanísticas como em estratégias de desenvolvimento turístico. Conforme Lopes, “para que haja um turismo sustentável com base na realidade, se faz necessário desenvolvê-lo paulatinamente com todos os participantes sendo consultados nas tomadas de decisões, sempre com o objetivo coletivo de se executar o que for melhor para todos” (LOPES, 1998, p. 43). O autor ainda coloca a necessidade do conhecimento dos atores sobre o seu papel na gestão dos projetos de intervenção urbanística, e declara que:

A participação da iniciativa privada nos serviços públicos, ou na prestação de serviços ao setor público, tem que ser entendida não só em função de sua capacidade de mobilização de recursos, mas também em função de sua capacidade de exercer adequadamente a atividade. (LOPES, 1998, p.48)

Custódio (2006) restringe o conceito de intervenção urbanística à esfera pública, mas entende-se que o raio de abrangência do termo envolve também às iniciativas do empresariado e do terceiro setor, que contribuem para o desenvolvimento urbano e para o melhor aproveitamento do espaço da cidade por moradores e visitantes, através de processos participativos de planejamento estratégico.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada na realização da pesquisa que fundamentou este trabalho, definida de acordo com os objetivos e hipóteses relatados anteriormente, tendo em vista a necessidade de informações que pudessem responder ao problema identificado. Dessa forma, segue abaixo o detalhamento dos tipos e técnicas de pesquisa aplicados, a apresentação dos instrumentos de coleta de dados e as estratégias utilizadas para análise dos mesmos.

3.1 TIPOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Devido às características do tema a ser desenvolvido, a realização da pesquisa foi essencialmente de caráter interdisciplinar, uma vez que se utilizou de diversas áreas de estudo e de seus elementos congruentes para a interpretação e análise dos dados levantados.

Neste caso, na medida em que se propõe o estudo das intervenções urbanísticas e de sua relação com projetos da iniciativa privada e do desenvolvimento da atividade turística, sua análise foi feita de maneira qualitativa, já que conforme Dencker (2001, p. 97) o caráter qualitativo da pesquisa se caracteriza ainda pela “observação dos fenômenos sociais, feita de maneira intensiva, a qual implica a participação do pesquisador no universo de ocorrência desses fenômenos”. Seguindo a categorização sugerida pela autora, a pesquisa contou com duas partes em sua metodologia, a primeira direcionada aos seus objetivos como sendo de caráter exploratório e de caráter descritivo, e a segunda, se utilizando de instrumentos de coleta de dados para a complementação do material arrecadado na primeira etapa.

As duas etapas da metodologia tiveram como principal intuito verificar se o Programa “Centro Vivo” segue os instrumentos urbanísticos indicados no Plano Diretor de Curitiba e no Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, identificando a validade das hipóteses apresentadas e buscando o alcance dos objetivos para a solução do problema de pesquisa.

Conforme adiantado, a pesquisa exploratória foi pertinente aos objetivos do estudo, já que permitiu “um planejamento flexível envolvendo em geral levantamento

bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e a análise de exemplos similares” (DENCKER, 2001, p.124), elementos essenciais para a identificação do vínculo entre o planejamento urbano e turístico em Curitiba com o Programa desenvolvido pela Associação Comercial do Paraná. Neste sentido, a autora afirma que o caráter exploratório da pesquisa qualitativa “procura aprimorar idéias ou descobrir intuições”, o que permitirá uma maior percepção e interdisciplinaridade na etapa da coleta e tabulação de dados. Gil (2002, p. 41) comenta quanto à pesquisa exploratória, que:

Esta pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que esta pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Em relação aos procedimentos técnicos utilizados, foram realizadas pesquisas em fontes bibliográficas e documentais para a elaboração conceitual dos objetivos e hipóteses do objeto de estudo. Segundo Dencker (2001), a pesquisa bibliográfica se diferencia da documental na medida em que essa última “utiliza material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado”, como os dados estatísticos ou formulários técnicos de entidades e instituições, também utilizados aos efeitos dessa análise bibliográfica. Conforme Marconi e Lakatos (1996, p. 66):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Tal pesquisa se mostra importante, pois, para Dencker (2001, p.125), esse tipo de pesquisa “permite um grau de amplitude maior, economia de tempo e possibilita o levantamento de dados históricos”. As fontes consultadas durante a aplicação desses procedimentos técnicos foram livros e artigos científicos relacionados com o objeto de estudo, e especificamente em relação à pesquisa documental, foram avaliados documentos existentes, tais como dados estatísticos e relatórios de pesquisa da

Secretaria do Estado de Turismo, do IBGE, do Ministério de Turismo e do Ministério das Cidades.

3.2 INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi a segunda parte do estudo exploratório, fase em que são levantadas as informações práticas sobre a realidade do objeto de análise e o seu contexto. Em um primeiro momento, a técnica de investigação utilizada foi a entrevista semi-estruturada, com a utilização de um roteiro não-estruturado de entrevista, com uma série de perguntas comuns e perguntas específicas, a ser aplicado nos quatro grupos de abordagem.

Define-se a técnica da entrevista como “uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa. Podem ser estruturadas (com perguntas determinadas) ou semi-estruturadas (permite maior liberdade do pesquisador)” (DENCKER, 2001, p. 137-146). Ainda conforme a autora, a entrevista é uma técnica delicada, caracterizada pelo levantamento de experiências dos interlocutores, e que exige um conhecimento prévio do objeto de estudo por parte do pesquisador para maximizar o fornecimento de informações. No caso desta pesquisa, essa técnica foi especialmente necessária como meio de observação e de conhecimento das opiniões e crenças que estão envolvidas na gestão e articulação do Programa “Centro Vivo”.

Neste sentido, o caráter de pesquisa semi-estruturada permite maior flexibilidade na coleta de dados, o que possibilita a adequação das perguntas aos interlocutores, às características de suas experiências e aos objetivos de cada encontro. Conforme Dencker (2001) permite ainda uma maior liberdade nas respostas dos entrevistados, o que fornece dados mais consistentes para a elaboração do questionário, segunda etapa da coleta de dados.

Foram abordados quatro grupos para o levantamento de depoimentos, os quais possuem particularidades diferentes, porém necessários para atingir as diferentes respostas que enriqueceram os resultados da pesquisa. Foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas com representantes do Conselho Gestor do Programa “Centro Vivo”, em que se abordaram questões referentes ao funcionamento do Programa, à sua forma de gestão e articulação com outras

entidades para a realização dos projetos, aos métodos de comunicação e avaliação utilizados, e à participação do turismo nas suas ações de revitalização.

A entrevista com o profissional do IPPUC buscou conhecer a participação desta entidade nos projetos de revitalização em Curitiba, o conhecimento sobre o Programa “Centro Vivo” da Associação Comercial do Paraná e sobre o trabalho desenvolvido por ambas as entidades. A entrevista aplicada aos responsáveis pelo Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais questionou sobre o conhecimento por parte desta entidade do Programa em análise, sobre as ações de revitalização sendo desenvolvidas nos centros urbanos brasileiros com ênfase em Curitiba, sobre a participação do turismo nestes projetos e sobre as possibilidades de parceria público-privada nestas iniciativas. A entrevista com o Instituto Municipal de Turismo de Curitiba buscou estabelecer os conhecimentos sobre o andamento do Programa “Centro Vivo”, sobre a participação desta entidade nos projetos e sobre o interesse e colaboração da atividade turística nas iniciativas de revitalização e promoção das áreas urbanas centrais na cidade. A elaboração das entrevistas e de sua aplicação nos agentes mencionados teve como premissa a identificação de dados específicos sobre a relação destes representantes com o Programa, assim como o seu grau de participação no planejamento das ações. As perguntas foram elaboradas em função das hipóteses apresentadas anteriormente neste trabalho.

Os dados levantados nessa segunda parte da pesquisa foram tabulados e cruzados com os resultados obtidos na pesquisa bibliográfica e documental, o que forneceu uma visão abrangente sobre o objeto de estudo, sendo possível dessa maneira a delimitação com perguntas abertas e fechadas e posterior estruturação das propostas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo apresenta-se a análise e a interpretação dos dados coletados, conforme adiantado no capítulo anterior. Na análise dos dados, se estabelecem os resultados conforme o grupo abordado, e na interpretação se apresenta o cruzamento das respostas e necessárias considerações sobre as mesmas.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

Foram realizadas quatro entrevistas com os representantes do IPPUC e o Instituto Municipal de Turismo, entidades que trabalham em função do planejamento urbano e turístico da cidade de Curitiba. A Secretaria de Programas Urbanos do Ministério das Cidades foi entrevistada devido às suas atribuições na elaboração e acompanhamento do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. O Programa “Centro Vivo” foi entrevistado devido ao vínculo central com a temática da pesquisa, sendo fundamental para o cruzamento de informações e para a compreensão da dinâmica dos projetos realizados. As entrevistas realizadas com o IPPUC e o Programa “Centro Vivo” foram de caráter presencial, em quanto a entrevista realizada com o Ministério de Turismo e o Instituto Municipal de Turismo de Curitiba foram realizadas via correio eletrônico e telefone.

4.1.1 PROGRAMA “CENTRO VIVO” – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ – ACPR

Conforme foi especificado em entrevista com representante do Programa “Centro Vivo”, a gestão deste é realizada por meio de um Conselho Gestor composto por associados à ACP, Conselho que se reúne mensalmente para a discussão e comunicação aos membros sobre o andamento dos projetos de revitalização, assim como aqueles referentes a ações de promoção e comercialização. Foi mencionada a existência de Grupos Temáticos de Trabalho, porém sem a associação destes ao Conselho Gestor.

Os principais projetos de revitalização realizados e/ou em andamento que foram mencionados são a revitalização da Praça Tiradentes, o Prédio J. Malucelli, as Arcadas do Pelourinho, o Prédio das Lojas Riachuelo, a Capela Santa Maria, o Paço

da Liberdade e projetos de habitação, assim como o Projeto “Banheiros Públicos” e projetos relacionados a promoção.

Segundo foi explicado, o Programa “Centro Vivo” trabalha como interlocutor entre as demandas de empresários associados à ACP e as entidades com possibilidade de atender essas demandas nas ações de revitalização, sendo sua principal atribuição a busca por estas parcerias. Neste sentido, em resposta ao questionamento sobre o processo interno de participação das entidades associadas e as ações de revitalização do Programa, foi informado que os principais mecanismos de comunicação são: a página oficial, o correio eletrônico e o Serviço de Atendimento da ACP.

O representante do Programa “Centro Vivo” indicou que há conhecimento sobre o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, mas que não há um vínculo com o mesmo devido a dificuldades com a Prefeitura. Em relação aos projetos de revitalização realizados com a participação efetiva de associações e/ou entidades da iniciativa privada, foi informado que não há nenhuma ação desenvolvida ou em andamento com essa característica, sendo que os projetos de revitalização são realizados normalmente em parceria com órgãos públicos. Foi colocado ainda que o envolvimento da iniciativa privada é indireto, sendo que há patrocinadores variados e fixos, tais como redes financeiras e bancos.

Em relação ao processo de gestão dos projetos de revitalização, foram questionados os mecanismos de participação e as etapas de planejamento das ações sendo desenvolvidas. Ao se referir à existência de mecanismos de participação da comunidade, foi informado que os Coordenadores são os responsáveis por essa interlocução. Em relação às formas de monitoria e avaliação utilizadas, foi informado sobre a realização de “pesquisas com patrocinadores e associados depois de cada projeto e a análise sobre o índice de vendas da ACP”.

A formatação dos pré-projetos de revitalização é realizada através de uma consulta interdisciplinar com entidades diretamente vinculadas com a temática do projeto em questão. Neste último sentido, existe uma relação estreita entre o Programa “Centro Vivo” e a Prefeitura Municipal de Curitiba e o IPPUC para a elaboração e viabilização dos projetos de revitalização, já que o “Centro Vivo” repassa as demandas às instituições pertinentes, as quais quanto à revitalização, estão diretamente vinculadas ao poder público. Conforme foi informado, os

principais parceiros na elaboração técnica e realização dos projetos de revitalização do Programa são a Prefeitura Municipal, o IPPUC, Órgãos Municipais e Secretarias.

Em relação à elaboração do Programa “Centro Vivo” com base nas diretrizes do Plano Diretor da cidade, conforme foi informado pelo representante do Programa da ACP, o mesmo atua em consonância com os instrumentos e diretrizes previstos no Plano Diretor de Curitiba, porém não age diretamente na elaboração técnica dos projetos.

Foi especificado que a atribuição do Programa quanto à revitalização das áreas urbanas centrais se refere principalmente à interlocução das demandas do empresariado associado à Associação Comercial do Paraná, tendo como responsabilidade a captação de parcerias e o encaminhamento destas demandas à Prefeitura, IPPUC e demais entidades com possibilidade de articulação para a viabilização dos projetos. Desta maneira, foi mencionado pelo mesmo representante que a análise técnica dos projetos e sua adequação aos instrumentos urbanísticos da cidade não é competência do Programa, uma vez que a elaboração destes projetos responde à consideração de arquitetos, urbanistas e engenheiros que realizam um trabalho externo àquele da Associação Comercial do Paraná.

Foi mencionado o projeto “Força Tarefa” como o espaço de comunicação e parceria entre o Programa “Novo Centro” do IPPUC e o Programa “Centro Vivo”, o qual possui reuniões esporádicas e tem como principal projeto em desenvolvimento àquele dos Banheiros Públicos, demanda que foi inicialmente identificada no I Seminário de Habitação realizado em abril de 2004. Ao se referir à participação do IPPUC na elaboração dos projetos de revitalização, o representante do Programa “Centro Vivo” remeteu-se a esse último projeto, indicando que não saberia responder sobre os instrumentos urbanísticos do Plano Diretor nos projetos de revitalização do “Centro Vivo”.

Em relação ao planejamento da atividade turística, afirmou-se que não há um vínculo entre o Programa “Centro Vivo” e os órgãos oficiais de turismo, entre eles o Instituto Municipal de Turismo de Curitiba. Não foram mencionados projetos nas ações de revitalização de áreas urbanas centrais. Da mesma maneira, afirmou-se que não há uma associação formal à atividade turística dentro do planejamento das atividades, sendo que o turismo é previsto de maneira indireta e informal em alguns projetos de comercialização e divulgação.

Neste sentido, foi afirmado que existem elementos isolados sobre turismo que são considerados, já que devem ser previstos todos os públicos ao que se destinam as ações de revitalização, devendo ser atraente para todos. O representante do Programa afirmou considerar importante a inserção da atividade turística no desenvolvimento dos projetos de revitalização, porém reconheceu não ter conhecimento sobre quais ações de planejamento turístico poderiam ser adotadas.

4.1.2 PROGRAMA NACIONAL DE REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS – MCIDADES.

Quanto à relação do Programa “Centro Vivo” com as diretrizes nacionais de reabilitação de áreas urbanas centrais, foram obtidas informações por meio de uma entrevista respondida por correio eletrônico com um representante da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, que se manifestou sobre questões referentes ao conhecimento sobre o Programa “Centro Vivo” e sobre a atuação do Programa Nacional e sua relação com projetos da iniciativa privada e no âmbito municipal.

Ao se referir especificamente ao vínculo da Secretaria sobre o Programa “Centro Vivo”, afirmou-se que há conhecimento do Ministério das Cidades sobre o Programa há dois anos, porém que por meio do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais o mesmo “não chegou a tomar parte nas discussões de revitalização das áreas urbanas centrais de Curitiba”.

Quanto às políticas e mecanismos de apoio do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais a Programas e projetos desenvolvidos pela iniciativa privada, o entrevistado não se posicionou especificamente no que diz a esse respeito, colocando que a atuação deste Programa se baseia nos instrumentos legais previstos no Estatuto das Cidades e que o direcionamento deste Programa é à promoção de habitação de caráter locatício para famílias de baixa renda em áreas sociais.

Foi questionada a possibilidade de inserção do trabalho do Programa Nacional no âmbito municipal, e conforme explicado, o Programa trabalha principalmente “através da integração de políticas públicas nos três níveis de governo, superando a Programação setorial e considerando as atribuições constitucionais de cada ente federado”. Neste sentido, o entrevistado mencionou os

primeiros passos para o desenvolvimento de um processo de reabilitação de centros nos municípios, tendo como base a articulação intersetorial e a participação de todos os atores envolvidos no processo. Ainda sobre este aspecto, foi ressaltado que para definir as ações prioritárias no processo participativo, “é necessário verificar a necessidade de adequação e/ou adaptação da legislação vigente a fim de permitir a viabilização das ações previstas”.

Frente ao questionamento sobre as ações de reabilitação de áreas urbanas centrais que já foram desenvolvidas com a participação efetiva de associações e/ou entidades da iniciativa privada, foi informado que, principalmente, se trata de “ações que envolvem a disponibilização de imóveis da União e do INSS, que contam com a participação direta de movimentos sociais de luta por moradia”. Afirmou-se que uma segunda opção seria “a instituição de operações urbanas, que é um instrumento capaz de promover transformações urbanas, de forma participativa através da parceria pública privada, utilizando recursos privados, levantados pela venda de potencial construtivo, para financiar intervenções estruturantes para a cidade”. Neste sentido, o representante do Ministério das Cidades mencionou a experiência de parceria desta entidade com a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Frente Nacional de Prefeitos para o desenvolvimento de marco legal para a instituição Áreas de Revitalização Econômica, considerados “instrumentos de parceria entre o poder público e a iniciativa privada para requalificar e valorizar áreas comerciais degradadas, tendo como referência as experiências bem sucedidas nesse sentido implementadas pelos EUA e o Canadá (BID’s)”.

Ao se posicionar perante a o vínculo do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais e os Órgãos Oficiais de Turismo e possíveis projetos desenvolvidos em conjunto, foi mencionado que o Ministério de Turismo é um parceiro do Programa Nacional tal como o Ministério da Cultura, o IPHAN e o Ministério dos Transportes. Nesse sentido, foi mencionada a ação integrada junto com o Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur do Ministério de Turismo, assim como a intervenção deste Ministério na definição de ações de reabilitação executadas pelo Ministério das Cidades em parceria com a Cooperação Francesa, definindo Perímetros de Reabilitação Integrada em cidades como Recife, Aracaju, Natal, Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador. Conforme foi comentado, “é formatada a articulação local considerando os Programas do Ministério de Turismo, como o Prodetur, na definição e viabilização das ações previstas nos planos de

reabilitação. Para tanto, foram assinados Acordos interfederativos de Cooperação Técnica, com a participação do Ministério de Turismo para a reabilitação de cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Recife/Olinda”.

Ao se referir às políticas existentes que norteiam as ações de revitalização do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, foi constatado que todas as ações são baseadas no Estatuto das Cidades, assim como em políticas ambientais, de preservação do patrimônio cultural, de habitação e de transporte, assim como nos Planos Diretores de cada município. Conforme foi ressaltado, “o principal desafio da reabilitação de áreas centrais é articular territorialmente todas as políticas setoriais existentes em torno de uma estratégia local de reabilitação, determinando intervenções e ações prioritárias para a promoção da melhoria do espaço urbano e da qualidade de vida dos moradores e usuários das áreas centrais, tendo como base, para tanto, as diretrizes do Estatuto da Cidade, que garantem a função social da propriedade e a gestão democrática do espaço urbano”.

Em relação à inserção da atividade turística no desenvolvimento de ações de revitalização de áreas urbanas centrais, afirmou-se que se considera importante esse vínculo, “desde que associada a outras atividades, inclusive o uso residencial, a fim de assegurar a diversificação de usos e funções necessária para a sustentabilidade social e econômica das intervenções”. Em resposta às ações de planejamento turístico que poderiam ser adotadas na reabilitação de centros urbanos, foi mencionada a melhoria de infra-estrutura urbana, a recuperação de passeios e a implementação de mobiliário e sinalização padronizados, a recuperação de prédios significativos para a história das cidades e a promoção de atividades culturais. Neste sentido, foi colocado como sendo importante “a realização de um trabalho social junto a comerciantes e associações locais, a fim de qualificar o atendimento ao público e possibilitar a geração de emprego e renda para as famílias de baixa renda, residentes no local, através de ações de fomento à economia solidaria e demais ações desenvolvidas de forma cooperativa”. Foi mencionado ainda que “para que as intervenções planejadas para a valorização turística de uma área central sejam bem sucedidas e possam consolidar-se em longo prazo, é necessário considerar a população que hoje mora e frequenta o centro, sejam ambulantes, moradores de rua ou de cortiços, ou empregados de escritórios ou do comércio formal. Ou seja, as intervenções de sucesso são aquelas que consideram a dinâmica urbana em todas suas dimensões: econômica, política,

urbanística e social, gerando estratégias para o desenvolvimento das mais diversas atividades, e incluindo, no planejamento das ações, soluções adequadas para a população de todas as faixas de renda”.

4.1.3 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE CURITIBA - IPPUC

Para a análise sobre o vínculo entre o Programa “Centro Vivo” e os instrumentos de planejamento urbano previstos no Plano Diretor da Cidade, foi abordado o Diretor de Projetos e responsável pelo Programa “Novo Centro”, funcionário do IPPUC. O entrevistado especificou as parcerias e pontos de atuação conjuntos dos dois Programas, assim como os interesses específicos que norteiam as ações das duas entidades e o vínculo existente entre o IPPUC e o Programa “Centro Vivo”.

Segundo foi explicado, o Programa “Novo Centro” busca dar continuidade as ações desenvolvidas no Programa “Marco Zero” da Prefeitura Municipal de Curitiba, que entre os principais projetos e ações de revitalização, possui o restauro da fachada das Óticas Curitiba e a revitalização da Rua Marechal Deodoro, assim como a revitalização do Espaço Cultural Capela Santa Maria, projetos que também são divulgados pelo Programa “Centro Vivo” como realizações da ACP. Outras realizações do Programa “Marco Zero”, versão que antecede ao Programa “Novo Centro”, são: a Revitalização do Solar do Barão, da Sede da Camerata Antiqua de Curitiba, a revitalização da Cinemateca, do Teatro Novelas Curitiba, da Central de Informações Turísticas/ Praça Garibaldi, do Armazém da Família/ Mercado Central, do Mercado de Orgânicos e Estacionamento, o Restauro Paço Municipal - Revitalização Praças Generoso Marques e José B. de Macedo e da Praça Tiradentes.

Ao responder sobre o vínculo entre o IPPUC e o Programa “Centro Vivo”, foi mencionado que o IPPUC capta a solicitação de demandas da ACP por meio de diferentes departamentos, sendo que o ponto de interseção entre o Programa e o planejamento público de ações de revitalização do Centro de Curitiba se estabelece no Projeto “Força Tarefa”, espaço criado especificamente para integrar as ações do Programa “Novo Centro”, do IPPUC, e do “Centro Vivo”, da ACP. A “Força Tarefa” possui poucos projetos sendo desenvolvidos, sendo o principal deles o Projeto “Banheiros Públicos”.

4.1.4 INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO DE CURITIBA

Em relação ao planejamento turístico da cidade e seu vínculo com os projetos de revitalização do Programa “Centro Vivo”, foi abordado um representante do Instituto Municipal de Turismo de Curitiba como forma de conhecer o grau de participação do Órgão Municipal de Turismo na elaboração e andamento dos projetos de iniciativa da Associação Comercial do Paraná vinculados à revitalização do Centro de Curitiba.

O representante do Instituto Municipal de Turismo se manifestou em relação ao questionamento sobre qual a participação da entidade na elaboração dos projetos de revitalização de áreas urbanas centrais do Programa “Centro Vivo”. Nessa questão, foi colocado que “a Prefeitura de Curitiba desenvolve constantemente ações para melhorar de centro da cidade, independentemente de Programas específicos criados por determinadas instituições”, e indicou-se a parceria entre o Órgão Oficial de Turismo com o Programa “Centro Vivo” no projeto “Natal”.

Ainda nessa resposta, foi mencionada aos efeitos informativos da pesquisadora a existência do Programa Marco Zero com o Plano de Requalificação da Área Central de Curitiba, sendo listados os objetivos e realizações dos projetos de revitalização no Centro da Prefeitura Municipal, assim como apontada a semelhança nos objetivos do Programa “Marco Zero” com o Programa “Centro Vivo” da Associação Comercial. Foram colocadas algumas das ações realizadas especificamente pelo Instituto que estiveram relacionadas com os objetivos propostos pelo Programa Marco Zero. Entre estas ações, foi listada a revitalização da Feira do Lardo da Ordem; a campanha promocional “Domingo te vejo na Feirinha”; o incremento das Feiras Especiais ou Comemorativas: Páscoa, Pinhão, Primavera e Natal; os Novos postos de informações Turísticas no Palacete Wolff e Rodoviária e a Sinalização Turística Biligüe (viária) para o Centro Histórico.

Quanto à relevância da inserção do planejamento turístico no planejamento urbano com especial ênfase na revitalização de áreas urbanas centrais, o entrevistado colocou que o planejamento da atividade é importante para este processo, sendo que o mesmo ajuda para “atrair grande movimentação da própria

população no centro, de forma a atrair o visitante, oferecendo diversidade em serviços e segurança” (Instituto Municipal de Turismo).

Sobre o questionamento sobre projetos específicos do Instituto Municipal de Turismo de Curitiba para a revitalização do Centro de Curitiba, foram listados o projeto de revitalização do entrono do Paço da Liberdade, a Rua 24 horas e o Bondinho da XV, em que foi informado que “existe a possibilidade de transformá-lo em um posto de informações turísticas”. Foi colocado ainda que “está em estudo o projeto de sinalização turística para pedestres e a formatação de um Roteiro Cultural”.

Quando analisada a existência de parcerias com órgãos oficiais de turismo para o planejamento das ações, foi mencionado não há participação e um planejamento integrado destas instituições nas ações de revitalização do Programa.

Em relação à inserção da atividade turística no desenvolvimento destas ações, foi afirmado que é importante, e adicionado que, “além de toda a movimentação existente no Centro da cidade, temos nosso ponto de partida da Linha Turismo no Marco Zero, na Praça Tiradentes. Os Programas existentes na região central da cidade buscam atrair movimentação da própria população do centro, de forma a atrair o visitante, oferecendo diversidade em serviços e segurança”. Em relação ao questionamento sobre as ações de planejamento turístico que poderiam ser utilizadas em projetos de reabilitação de áreas urbanas centrais, foi colocado: “Sinalização, definição de roteiros, iluminação cênica; Diagnóstico do Ambiente Turístico (Perfil e Qualificação dos Equipamentos e Serviços) como subsídio para ações de planejamento; Programas de Sensibilização com a comunidade, intensificando a identidade local e promovendo a valorização do patrimônio; Ações de Hospitalidade, com agentes público e privado pertencentes à cadeia produtiva; Elaboração de Roteiros e melhorias de infra-estrutura e apoio turísticas; e a Promoção da Acessibilidade aos Pontos Turísticos”.

4.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos dados coletados por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, conseguem-se avaliar os elementos congruentes entre as informações fornecidas pelos representantes das respectivas entidades e as informações coletadas ao longo da pesquisa. Em alguns casos existem posicionamentos que

divergem da realidade constatada em documentos impressos, motivo pelo que se resgatam as opiniões destes representantes.

4.2.1 O PROGRAMA “CENTRO VIVO” – FUNCIONAMENTO

Segundo se descreve na publicação do Programa “Centro Vivo” sobre as ações desenvolvidas durante a Gestão 2004-2006 e as publicações dos Seminários de Habitação I e II de 2005 e 2008 (ACP, 2006; 2008), as ações deste Programa se iniciaram a partir de um levantamento técnico e multidisciplinar de potencialidades e fragilidades em um recorte da área central de Curitiba, processo que contou com a participação de técnicos arquitetos, urbanistas, engenheiros, representantes do poder público estadual e municipal, presidentes de associações de moradores, empresários, universidades, e a parceria direta para a coordenação destes Seminários da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura.

O primeiro Seminário teve três meses e meio de duração, e foram realizadas cento e quinze reuniões e dois Seminários Técnicos paralelos (ACP, 2006). Durante a realização desta atividade buscou-se estabelecer um processo participativo para a identificação de demandas e a elaboração de propostas para a revitalização do Centro, conforme as necessidades dos atores envolvidos. Foram estabelecidos cinco Grupos de Trabalho, que se reuniram em diferentes oportunidades ao longo do Seminário e realizaram pesquisas específicas, levando os resultados e propostas para cada uma das áreas temáticas. Como forma de apoio e acompanhamento dos Grupos Temáticos, se estabeleceu dois Grupos de Suporte, o Grupo de Pesquisa e o Núcleo Técnico e Jurídico, ideados com o objetivo de “trabalhar na legislação que atua sobre os imóveis que não cumprem sua função social” e “discutir o desenvolvimento de um modelo para criação de uma Central de Comunicação/Atração e Apoio aos Investimentos” (ACPR, 2006, p.35).

Os eixos dos Grupos de Trabalho e das pesquisas se referiram a uma análise sociológica aprofundada, com as características sociológicas e demográficas do fluxo de visitantes e o perfil de moradores; uma análise sobre a infra-estrutura dos prédios e espaços públicos; o detalhamento da tipologia das edificações dividindo os prédios conforme sua arquitetura e níveis de harmonia na dinâmica da cidade; os instrumentos legais necessários para a implantação de revitalizações necessárias segundo os diferentes usos do solo e ocupação dos espaços; e pesquisas de

visibilidade e paisagismo para a revitalização de fachadas, prédios, calçadas e praças públicas (ACP, 2006).

Da mesma forma, teve lugar o segundo Seminário de Habitação em 2008, com uma importante mudança no enfoque das operações, em relação ao direcionamento da publicação do Seminário e da própria delimitação dos Grupos de Trabalho, pesquisas e propostas nesta etapa. Os Grupos Temáticos foram direcionados em um formato operacional para a realização de projetos específicos, sem associação com as pesquisas e Grupos de Trabalho organizados originalmente no primeiro Seminário. Neste caso, foram designados grupos de trabalho a projetos específicos de revitalização, tais como o Grupo de Acessibilidade – Estacionamentos; de Acessibilidade – Calçadas; de Comércio – Deficiências do *Mix* e Reforço das Vocações; de Conservação e Conforto – Banheiros Públicos; de Conservação e Conforto – Centro Limpo; de Habitação e de Pesquisa.

Durante o andamento da pesquisa, foi identificado que estes Grupos Temáticos e os de Suporte não estão articulados no processo de planejamento das ações, uma vez que os mesmos foram brevemente citados pelo representante do Programa “Centro Vivo”, com os próprios Seminários de Habitação percebidos como projetos finalizados sem repercussões formais no andamento das ações de revitalização. Neste sentido, percebe-se que o trabalho desenvolvido no primeiro Seminário de Habitação não está diretamente vinculado aos projetos de revitalização em andamento.

Conforme foi explicado, os projetos de revitalização do Centro de Curitiba são idealizados conforme demandas aleatórias de empresários associados à Associação Comercial do Paraná, demandas que a princípio não se vinculam a uma linha contínua de gestão e que não se baseiam em documentos orientadores. Segundo foi informado pela representante do Programa, não há projetos de revitalização do Centro que tenham sido realizados com a parceria ou participação direta da iniciativa privada, já que as atribuições são comumente destinadas a órgãos públicos ou entidades vinculadas. Foi identificado que, de parte do setor empresarial e os comerciantes da área, sua contribuição está relacionada ao vínculo que mantêm com a Associação Comercial do Paraná e com o “Centro Vivo”, motivo pelo que sua participação ativa na operacionalização das ações é reduzida.

A partir dos dados arrecadados por ambas as entidades responsáveis, identifica-se que a pesar de se tratar de instituições que representam interesses

diferentes, existe o conhecimento mútuo do trabalho sendo realizado, preocupação pela integração dos projetos sendo desenvolvidos e a participação efetiva tanto de representantes do IPPUC nas reuniões trimestrais do “Centro Vivo” como por parte da ACPR nas atividades que são iniciativa do IPPUC. Da mesma maneira, constata-se que a divergência de interesses entre o poder público e a iniciativa privada aparece na medida em que não há um processo contínuo de planejamento das ações de revitalização por parte do Programa “Centro Vivo”, já que os projetos desenvolvidos são esporádicos e atendem principalmente ações de promoção e comercialização e ao interesse exclusivo dos seus associados.

Devido à ausência de um documento norteador que estipule as diretrizes gerais de atuação, também não é possível legitimar a utilização dos instrumentos urbanísticos do Plano Diretor.

4.2.2 O PROGRAMA “CENTRO VIVO” E SEU VÍNCULO COM O PROGRAMA NACIONAL DE REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS – MCIDADES.

Através de dados e publicações informativas fornecidas durante a realização das entrevistas (ACPR, 2006; ACPR, 2008), (MCIDADES, 2008), verifica-se que desde o início do Programa existem ações direcionadas à revitalização do Centro de Curitiba, com especial ênfase em projetos de visibilidades, paisagismo e de infraestrutura. Estes projetos foram viabilizados a través do trabalho em conjunto da ACP com órgãos públicos municipais e entidades vinculadas especificamente às temáticas de cada projeto, porém não estiveram associados diretamente às diretrizes colocadas no Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades, nem tiveram ainda um vínculo direto com este Programa.

Conforme foi especificado pelas duas entidades, existe um conhecimento de ambas as partes sobre o trabalho realizado tanto sobre o Programa Nacional do Ministério das Cidades quanto por aquele do “Centro Vivo”, porém a realização de um trabalho em conjunto não teve acolhida, uma vez que o Ministério não possui ações de revitalização em áreas centrais de Curitiba e, quanto ao repasse de recursos pelo Ministério para a elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, ele é direcionado especificamente a Prefeituras e governos

estaduais, para o que o “Centro Vivo” precisaria de maior respaldo a articulação política e institucional.

O Ministério das Cidades possui como principal foco de suas ações e parcerias a reabilitação das áreas centrais como forma de garantir a função social da cidade através da habitação, revertendo o processo de esvaziamento dos centros (MCIDADES, 2008). Neste sentido, o Programa “Centro Vivo” também prevê em seus objetivos gerais e na sua missão a recuperação das áreas urbanas no Centro como forma de incentivo à habitação, a ocupação de prédios e espaços ociosos e a diversificação dos serviços oferecidos (ACPR, 2008), pelo que ambas as diretrizes coincidem na busca pela revitalização social e comercial de espaços urbanos centrais, visando ao uso democrático e a diversificação dos serviços disponíveis nestas áreas.

Quanto aos principais elementos de congruência do Programa “Centro Vivo” com o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, destaca-se que a participação dos atores vinculados a essa reabilitação foi avaliada como um elemento importante por ambas as entidades. Em relação às ações desenvolvidas, o Programa “Centro Vivo” incentivou e coordenou a realização de dois Seminários de Habitação em 2005 e 2008, ambos abertos ao público como forma de discutir questões referentes ao Centro de Curitiba. Além destes projetos específicos, o Programa possui um Conselho Gestor ativo composto por representantes da ACP; realiza reuniões trimestrais abertas à comunidade que contam com a presença de representantes deste Conselho e do IPPUC, e que se reúne para garantir a participação da população interessada no andamento de suas ações, conforme é sugerido nas diretrizes participativas do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades.

No que diz respeito a elementos relacionados à gestão dos projetos, identifica-se que o Programa “Centro Vivo” segue algumas das diretrizes propostas pelo Ministério para a iniciação das atividades de reabilitação, tais como a definição de um objetivo geral como diretriz de atuação; a realização de pesquisas e levantamentos para definir as possíveis estratégias de ação, as potencialidades e fragilidades encontradas na região central de Curitiba; a delimitação de um perímetro de atuação em que serão focalizadas as ações. Por outro lado, em termos de planejamento, o representante do Programa “Centro Vivo” não informou sobre um documento norteador que organize as ações de revitalização, guia previsto como

base de atuação nas indicações do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas do Ministério das Cidades, aos efeitos de que sejam organizadas as estratégias e ações previstas segundo os resultados obtidos nas pesquisas realizadas, a sistematização dos projetos, atividades, prazos, potenciais parceiros e responsáveis, e inclusive as formas de divulgação, participação, monitoramento e avaliação destas ações. As principais formas de avaliação dos resultados das ações do Programa “Centro Vivo” identificadas são uma pesquisa efetuada com os associados depois de cada projeto e a análise do índice de vendas das áreas afetadas antes e depois da implantação do projeto.

4.2.3 O INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO DE CURITIBA E O PROGRAMA “CENTRO VIVO”

Em relação ao vínculo identificado entre o Programa “Centro Vivo” e a atividade turística, percebe-se que existem divergências entre representantes do turismo municipal e do Programa em análise sobre a própria participação dos órgãos oficiais de turismo e suas parcerias com o Programa.

Conforme indicado pelo representante do Programa “Centro Vivo”, não há projetos que tenham sido desenvolvidos em conjunto com órgãos oficiais de turismo. No entanto, foi mencionado pelo Instituto Municipal de Turismo de Curitiba o projeto “Natal”, que contou com a participação do órgão oficial de turismo atuante na época. O projeto “Natal”, mencionado como a única ação realizada pelo Instituto Municipal de Turismo em parceria com o Programa “Centro Vivo”, se trata de uma das ações de promoção não vinculada à revitalização do Centro de Curitiba, mas que se referiu à linha de comercialização e promoção da Associação Comercial do Paraná em conjunto com a Prefeitura e outras instituições vinculadas (ACP, 2009).

Em relação à inserção da atividade turística especificamente no planejamento das ações de revitalização do Programa “Centro Vivo”, identifica-se que não há participação do Instituto Municipal de Turismo no planejamento e/ou andamento das ações de revitalização das áreas centrais deste Programa, conforme foi observado tanto pelo Programa “Centro Vivo” como pelo Instituto. Ainda assim, todas as entidades manifestaram considerar importante a inserção do planejamento do turismo nas ações de revitalização de áreas urbanas centrais, porém mostrou-se através da pesquisa que não há uma compreensão específica sobre quais seriam os

mecanismos ou contribuições possíveis da inserção deste tipo de planejamento, a exceção do Instituto Municipal de Turismo, que propôs a elaboração de um diagnóstico, ações de qualificação e de melhoria da infra-estrutura, assim como ações de promoção e divulgação de atrativos e conservação do patrimônio.

A resposta obtida por representantes do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais em relação à inserção do planejamento da atividade em centros urbanos permite ainda perceber a importância que lhe é atribuída à integração intersetorial e participativa, elemento que é comum às linhas de atuação do Programa “Centro Vivo” e dos projetos realizados pelo IPPUC. Da mesma maneira, percebe-se uma compreensão negativa desta entidade sobre os impactos do turismo nos centros urbanos, em que é considerada a inclusão desta atividade como um elemento prejudicial e secundário no processo de revitalização dos Centros. Novamente, percebe-se uma falha na compreensão sobre o processo de planejamento turístico como mecanismo de organização, controle e desenvolvimento interdisciplinar, sustentável e participativo da atividade turística.

Ainda em relação às respostas obtidas pelo Programa Nacional, percebe-se a utilização de uma distinção em que os turistas de alguma maneira são considerados usuários “secundários”, novamente sendo colocadas as necessidades de manter a função social do processo de revitalização, pensando nas populações de renda mais baixa e não no direcionamento aos benefícios à atividade turística. Por outro lado, a colocação do Ministério das Cidades sobre a incidência do Prodetur nos processos de revitalização de áreas urbanas centrais é extremamente pertinente, assim como a participação do Ministério em projetos de revitalização em cidades turísticas. Esta colocação permite uma maior valorização das possibilidades técnicas de inserção do planejamento do turismo no planejamento urbano das cidades, tendo como premissa a revitalização sustentável dos centros urbanos.

Através da pesquisa, percebe-se uma falha na visão contínua e integrada sobre as ações sendo desenvolvidas para a revitalização da área central de Curitiba, uma vez que o Instituto Municipal de Turismo se referiu às contribuições realizadas durante o Programa “Marco Zero”, da Prefeitura Municipal, projeto que tem sua continuidade no Programa “Novo Centro”, iniciativa do IPPUC e da Prefeitura Municipal.

Da mesma maneira, identifica-se que há uma preocupação de todas as entidades no processo de revitalização do centro urbano da cidade, porém que

existem empecilhos políticos e técnicos que impedem a integração efetiva das ações realizadas.

5 PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DO PROJETO “FORÇA TAREFA”

Com base na análise dos resultados obtidos com a realização das pesquisas, descritos no capítulo anterior, apresentam-se neste capítulo algumas propostas para o fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”.

5.1 CONCEPÇÃO

Ao longo das pesquisas documentais, bibliográficas e de campo que foram realizadas para a execução deste trabalho, identificou-se a necessidade de maior planejamento das ações executadas pelo Programa “Centro Vivo”, assim como o fortalecimento da articulação dos Programas “Centro Vivo” e “Novo Centro” do Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba através do Projeto “Força Tarefa”, considerado o principal espaço para o trabalho conjunto da iniciativa privada e o poder público municipal nos projetos de revitalização e promoção de áreas urbanas centrais.

Em resposta a tais necessidades, propõe-se a execução de estratégias para o fortalecimento deste espaço de congruência como um instrumento de articulação eficaz de parceria público-privada, considerando os diferentes interesses das entidades envolvidas: Associação Comercial do Paraná, Prefeitura Municipal de Curitiba e Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba – IPPUC, com a adesão do Instituto Municipal de Turismo para a complementação do turismo nas ações de planejamento urbano da cidade, tendo como base o interesse identificado nas pesquisas realizadas com estas entidades para a efetivação desta parceria.

Na busca por maior planejamento e organização das ações desenvolvidas pelo Programa “Centro Vivo” da Associação Comercial do Paraná e o Programa “Novo Centro” do IPPUC para a revitalização do Centro de Curitiba, propõe-se o fortalecimento do Projeto “Força Tarefa” a partir de persecução de estratégias divididas em três etapas, sendo estas a articulação e apresentação desta proposta perante representantes do Projeto, a operacionalização de uma Oficina de Fortalecimento que levante demandas e busque a definição de prazos, ações e responsáveis, e a formatação de um Plano de Ação para 2010 e de um Regimento do Grupo Gestor do Projeto, documentos a serem aprovados em Reunião de

Homologação dos Documentos, em que se institucionalize a organização proposta para a gestão.

Como forma de encerramento e promoção das ações sendo desenvolvidas neste trabalho, propõe-se o Lançamento do Plano de Ação 2010 e o Lançamento de um Folder explicativo do Projeto “Força Tarefa”, contendo as entidades parceiras, as realizações e ações previstas. Propõe-se que este evento esteja acompanhado de um coquetel de comemoração do fortalecimento desta parceria público-privada, com convite à imprensa oficial e entidades parceiras.

5.2 ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

Segue abaixo a descrição das três etapas definidas para viabilização da proposta: apresentação da proposta dos trabalhos e preparação das ações; operacionalização e estruturação da Oficina de Fortalecimento, e operacionalização dos instrumentos de planejamento e organização dos resultados dessa Oficina.

5.2.1 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Na primeira etapa, propõe-se a identificação dos envolvidos na iniciativa de revitalização e promoção do Projeto “Força Tarefa”, assim como a estruturação de uma Reunião de Articulação com os responsáveis deste Projeto, com o objetivo de apresentar os resultados desta pesquisa e as propostas para o fortalecimento. Nesta etapa propõe-se ainda a análise para a adesão de novas entidades que contribuam no planejamento dos projetos.

Sugere-se que as entidades a serem convidadas a aderirem ao Projeto “Força Tarefa” sejam escolhidas conforme sua possibilidade de contribuição a este espaço, tendo como premissa a necessidade de articulação do poder público e a iniciativa privada, assim como a inserção da atividade turística no processo de planejamento urbano.

5.2.1.1 Reunião de Articulação do Projeto “Força Tarefa”

A reunião terá como objetivo a apresentação, discussão e avaliação sobre a viabilidade da proposta de fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”. Sugere-se que

conte com a participação das entidades envolvidas já identificadas, representantes dos Programas “Centro Vivo” da Associação Comercial do Paraná e do Programa “Novo Centro”, do Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba. O número estimado é de cinco participantes, com uma pessoa consultora responsável pela coordenação dos trabalhos.

Caso a proposta seja aprovada, parte-se para a segunda etapa dos trabalhos, em que se busca o planejamento das ações do Projeto “Força Tarefa” para 2010, assim como a definição sobre as entidades responsáveis pela gestão, a efetivação deste grupo gestor e as bases para sua institucionalização.

5.2.2 ESTRUTURAÇÃO

Devido à praticidade do seu formato como espaço de estímulo à participação, à produção mediante o aprendizado e de valorização das contribuições, sugere-se a elaboração de uma Oficina com metodologia de Enfoque Participativo e o método Zopp, buscando com que representantes dos Programas “Novo Centro” e o Programa “Centro Vivo” se alinhem para o fortalecimento do Projeto “Força Tarefa” e a junção de suas atribuições.

A Oficina estruturada com esse enfoque permitirá que o levantamento de demandas e propostas esteja em congruência com a realidade, buscando mudar comportamentos e que os participantes sejam membros ativos no aporte de idéias. O próprio formato da Oficina permitirá esse fortalecimento, já que “ao colocar os indivíduos como sujeitos do processo, desloca-se o eixo de poder, implicando em novas capacidades de decisão, bem como se desenvolve a confiança mútua entre os diversos segmentos e atores envolvidos.” (CORDIOLI, 2001, p. 24).

A Oficina contará com a participação de um moderador profissional nesta metodologia e enfoque, sujeito a ser revezado pelos representantes dos projetos nos momentos de apresentação das respectivas ações dos projetos de revitalização do IPPUC e da Associação Comercial do Paraná. A figura do moderador é de extrema importância para garantir o sucesso da Oficina, já que o profissional deve interferir de maneira objetiva e coerente para conduzir o evento conforme o estipulado, tendo como atribuições o estímulo à distensão e participação, o controle dos tempos, a explicação sobre o processo de planejamento estratégico participativo e a estruturação do relatório da reunião.

O número de participantes será de aproximadamente 30 pessoas, a serem organizados em grupos de trabalho aleatórios de quatro a seis participantes, ou ainda agrupados conforme a afinidade de segmento ou instituição. Neste formato, serão realizadas atividades em plenária para a apresentação e discussão dos assuntos a serem trabalhados, favorecendo a comunicação aberta e espontânea dos participantes. Ainda quanto à comunicação visual da Oficina, serão utilizados painéis com fichas coloridas que facilitem uma melhor lembrança dos assuntos tratados, criando informalidade e proximidade perante o trabalho desenvolvido pelo grupo (CORDIOLI, 2001).

Conforme preza o método Zopp, ao longo da Oficina os participantes deverão ter desenvolvido e/ou ampliado suas habilidades na área do conhecimento, da habilidade e do comportamento, tendo maior entendimento sobre o planejamento estratégico participativo, sobre as formas de atingir os objetivos traçados mediante etapas concretas, e ainda sobre o desenvolvimento do trabalho em grupo (CORDIOLI, 2009).

Sugere-se que o convite ao Instituto Municipal de Turismo de Curitiba para participar do Projeto seja anterior à realização da Oficina de Fortalecimento, uma vez que a participação de novas entidades garante maior alcance das parcerias e do fortalecimento do Projeto.

O planejamento desta oficina deverá buscar atingir dois objetivos: o estabelecimento das bases para a estruturação e operacionalização do Plano de Ação para a Revitalização e Promoção do Centro de Curitiba 2010, o que deverá ser realizado fazendo uma análise situacional sobre os projetos existentes e a participação das entidades, estabelecendo uma visão de futuro e identificando a constituição atual do Projeto; e, o papel de cada entidade membro no Projeto, como forma de delinear novas atuações.

Em segundo lugar, a Oficina permitira a oficialização de um Grupo Gestor do Projeto “Força Tarefa”, responsável pela organização e execução deste Plano de Ações e pelo incentivo à compreensão das entidades membros sobre as etapas do processo de gestão estratégico-participativa, assim como uma posterior normatização deste Projeto mediante a elaboração de um Regimento Interno.

Propõe-se que a Oficina de Fortalecimento do Projeto “Força Tarefa” tenha uma duração de dois dias, num período de dezesseis horas. Para o primeiro

momento sugere-se a dedicação de seis a sete horas, e para o segundo objetivo e momento na Oficina, de quatro a cinco horas.

Esta oficina será essencial para a consolidação e fortalecimento do Projeto “Força Tarefa” como um espaço de participação e representatividade destas entidades e de membros chaves da comunidade moradora no Centro de Curitiba, fazendo com que essa articulação público-privada seja efetiva na identificação, organização e execução das demandas de revitalização e promoção, conforme as atribuições de cada entidade parceira participante.

A elaboração do Relatório da Oficina de Fortalecimento do Projeto “Força Tarefa” será atribuição do moderador contratado, documento que servirá de apoio para dar continuidade aos trabalhos.

5.2.2.1 Gestão

A definição sobre os responsáveis pela gestão do Projeto deverá ser abordada durante os trabalhos da Oficina, porém recomenda-se que a atribuição seja designada ao Programa “Centro Vivo” da Associação Comercial do Paraná, uma vez que se trata de uma iniciativa que conta com a participação do empresariado. O Programa será fortalecido por meio desta gestão e, neste trabalho, as entidades membros do Projeto “Força Tarefa” deverão funcionar como parceiras para a colaboração das ações propostas, tendo co-responsabilidade pelos resultados atingidos durante a Oficina de Fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”.

5.2.2.2 Monitoria e Avaliação

Para a verificação do andamento das atividades propostas e sua posterior avaliação, sugere-se a atribuição de responsabilidades àqueles mesmos responsáveis pela execução do trabalho, neste caso o Grupo Gestor do Programa “Centro Vivo” e demais entidades membros em situação de co-responsabilidade.

Propõe-se a utilização de indicadores quantitativos e qualitativos que permitam o diagnóstico sobre a participação das entidades e do cumprimento dos objetivos, prazos e atribuições. Para isto, resulta necessário o registro das memórias das reuniões, documentos oficiais para a verificação das ações propostas e o andamento dos projetos. Indicadores tais como a participação das entidades, a

quantidade de projetos com participação dos parceiros e as iniciativas e identificação de demandas por parte dos membros colaborariam para essa monitoria e avaliação.

Ainda a elaboração de um relatório semestral por parte do Programa “Centro Vivo” permitiria um maior entendimento sobre o alcance do Projeto, assim como a revisão permanente sobre a funcionalidade e efetividade das ações sendo desenvolvidas.

5.2.3 OPERACIONALIZAÇÃO

Neste terceiro momento, propõem-se a coleta das informações e resultados obtidos durante as etapas precedentes sobre os responsáveis, prazos, indicadores, monitoramento e avaliação das propostas, elementos levantados na Oficina de Fortalecimento e documentados no seu relatório para a homologação do Plano de Ação 2010.

Da mesma forma, nesta etapa sugere-se a institucionalização do Grupo Gestor da Associação Comercial do Paraná como Grupo Gestor do Projeto “Força Tarefa”. Neste momento será possível maior conhecimento sobre a composição das entidades do Projeto “Força Tarefa” e suas formas de gestão, sendo plausível a elaboração de um documento que institucionalize esse grupo fortalecido, delimitando seus objetivos e estrutura.

A estruturação deste Plano de Ação 2010 e do Regimento Interno poderá ser realizada com a colaboração de um consultor, quem trabalhará em conjunto com a participação e avaliação das entidades e com base nas informações do Relatório da Oficina de Fortalecimento. Para a apresentação destes documentos, para sua discussão e aprovação, se sugere a formatação de uma nova reunião com os representantes do Projeto “Força Tarefa”.

Posterior à sua realização sugere-se a realização do Lançamento do Plano de Ação 2010 do Projeto “Força Tarefa” com coquetel de comemoração dos primeiros resultados, com presença da imprensa oficial e entidades parceiras.

5.2.3.1 Normatização das ações do Projeto “Força Tarefa”

A normatização das ações de Projeto “Força Tarefa” resulta necessária como forma de garantir o repasse de informações sobre a finalidade do Projeto e sobre a

necessidade de uma participação integrada e contínua dos membros, com ênfase na efetivação de parcerias público-privadas. Para tanto, sugere-se que essa normatização seja efetivada por meio de um Regimento Interno, que estipule as formas de participação das entidades e suas principais atribuições. A base para a formatação deste documento será o levantamento realizado durante a Oficina de Fortalecimento, sendo atribuído de um consultor com o apoio de consultor jurídico, sendo levada a aprovação mediante a reunião com os representantes do Projeto.

5.2.3.2 Estruturação do Plano de Ação 2010

Neste documento deverão constar informações referentes às ações, responsáveis, prazos, indicadores, monitoramento e avaliação dos trabalhos a serem realizados em 2010 pelo Projeto “Força Tarefa” e entidades parceiras. Sugere-se que sua elaboração seja realizada mediante a participação de um consultor, com base nos resultados da Oficina de Fortalecimento. O documento deverá ser aprovado na reunião de homologação dos documentos norteadores.

5.2.3.3 Reunião de Homologação dos Documentos Norteadores

Esta reunião é necessária para garantir a representatividade e legitimidade dos documentos, devendo eles responder aos resultados da Oficina de Fortalecimento e as etapas precedentes para o fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”.

5.2.3.4 Lançamento do Plano de Ação 2010

Como ação de encerramento e começo das atividades de execução do Plano de Ação 2010, propõe-se o Lançamento do Plano de Ação 2010 em conjunto com o Lançamento do Folder do Projeto “Força Tarefa” fortalecido, contendo informações relevantes sobre as principais ações a serem realizadas por meio desta parceria público-privada. Sugere-se que o evento suponha um coquetel de comemoração do fortalecimento deste Projeto de parceria público-privada, com principal público alvo a imprensa oficial e entidades parceiras.

5.3 RECURSOS ENVOLVIDOS

Para a viabilização destas três etapas, apresenta-se uma estimativa de recursos humanos e financeiros necessários, assim como um cronograma com as principais atividades a serem desenvolvidas.

5.3.1 RECURSOS HUMANOS

Sugere-se que para a efetivação da proposta seja contratado um consultor para a coordenação dos trabalhos, sendo estes o apoio na Reunião de Alinhamento, na elaboração do relatório da Oficina de Fortalecimento e na estruturação dos dois documentos norteadores: Plano de Ação 2010 e Regimento Interno do Grupo Gestor.

Ainda para a viabilização da segunda etapa, indica-se a necessidade de moderação durante os dois dias de realização da Oficina, assim como a consultoria jurídica de um profissional para o suporte na formatação do Regimento Interno ou documento alternativo para a institucionalização do Projeto “Força Tarefa”

Durante todo o fortalecimento será necessária a participação dos representantes dos dois Programas já citados e seu compromisso perante o trabalho sendo desenvolvido.

5.3.2 RECURSOS FINANCEIROS

Os custos se referem à segunda etapa da proposta, em que se estipula a contratação e despesas de um moderador para conduzir a Oficina de Fortalecimento; a contratação de um consultor jurídico para a revisão do regimento interno, sendo estes valores expressos em moeda corrente no Brasil, real – R\$, sendo responsabilidade do Programa “Centro Vivo”, plausíveis de serem compartilhados por demais entidades membros.

Considera-se o auditório da Associação Comercial do Paraná um local com infra-estrutura adequada para a realização da oficina de fortalecimento, pelo que não será considerado o valor do espaço físico nos cálculos que seguem.

Especificação	Unidade	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total	Referência
Moderação	Dia de Trabalho	2	950,00	1900,00	MTur
Passagem aérea (CGH-CWB-CGH)	Passagem	1	510,00	510,00	Site da TAM
Consultor Jurídico	Hora de Trabalho	3	60,00	180,00	SEBRAE
Diária	Diária	2	160,00	320,00	SETU
TOTAL			1680,00	2910,00	

TABELA 1 – CUSTOS DAS AÇÕES PROPOSTAS

5.3.3 CRONOGRAMA

Sugere-se que este trabalho de fortalecimento do espaço de articulação dos dois Programas seja desenvolvido o quanto antes, uma vez que os projetos de revitalização e promoção encontram-se em andamento e urgem por ações integradas de parceria público-privada. Devido a isto, sugere-se que as atividades comecem em dezembro do corrente ano, no máximo em janeiro de 2010, como forma de garantir a elaboração e execução do documento norteador para o primeiro semestre do ano que segue. Seguem as atividades já descritas e a previsão das datas em que elas deverão ocorrer:

	ATIVIDADES	DATA
PRIMEIRA ETAPA	Convocação para Reunião de Articulação	15/12/2009
	Reunião de Articulação	20/12/2009
SEGUNDA ETAPA	Convocação para Oficina de Fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”	05/01/2010
	Realização da Oficina de Fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”	10/01/2009
	Formatação de Relatório de Oficina de Fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”	15/01/2009
TERCEIRA ETAPA	Formatação de Regimento Interno do Projeto “Força Tarefa”	05/02/2009
	Formatação de Plano de Ação 2010	10/02/2009
	Convocação para Reunião de Homologação de Documentos - Projeto “Força Tarefa”	04/02/2009
	Reunião de Homologação de Documentos - Projeto “Força Tarefa”	10/02/2009
	Formatação de Folder Projeto “Força Tarefa”	20/01/2009
	Convocação de Lançamento-Coquetel de Plano de Ação 2010	11/02/2009
	Lançamento-Coquetel de Plano de Ação 2010	20/02/2009

QUADRO 1 – CRONOGRAMA DE PROPOSTAS

Entende-se que a partir da realização destas propostas consiga-se um maior fortalecimento do Projeto “Força Tarefa”, possibilitando maior abrangência das ações de revitalização e promoção no Centro de Curitiba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a motivação dos resultados socioeconômicos positivos que o turismo pode trazer em localidades centrais nas cidades, cada vez é mais promovida a efetivação de parcerias público-privadas que integrem a atividade turística nos projetos de revitalização e promoção destes espaços. No caso dos projetos de revitalização em áreas urbanas centrais, a premissa do desenvolvimento turístico sustentável na busca pela inclusão social, o melhor uso habitacional e o combate ao desemprego estrutural, são especialmente o caso, uma vez que estes projetos buscam agir diretamente nestes espaços específicos do cotidiano, permitindo a viabilização de novas oportunidades de desenvolvimento sócio-econômico que promovam a diminuição das desigualdades sociais existentes.

No princípio deste trabalho, caracterizou-se o turismo enquanto atividade econômica que deve ser planejada e organizada, buscando dessa forma a maximização dos seus impactos positivos e a minimização dos seus efeitos negativos. Buscou-se se estabelecer a relação entre o planejamento urbano e a atividade turística, situando ao turismo dentro das cidades e nas áreas urbanas centrais, com as principais características e conotações sobre a organização e gestão da atividade nestes espaços. Como forma de exemplificar e situar no objeto de estudo, essas conceituações levaram à argumentação sobre o urbanismo a atividade turística em Curitiba, associando o planejamento do turismo com o planejamento urbano nesta cidade. Foram abordadas características do Programa “Centro Vivo” da Associação Comercial do Paraná, que serviram para a arrecadação de informações sobre o objeto de estudo e sobre as melhores formas de intervenção para a melhoria do seu desempenho, tendo como premissa a importância de parcerias com entidades públicas e privadas, incentivando a participação de moradores e representantes da comunidade nestes projetos.

Foi apresentada a metodologia utilizada para a realização do trabalho, com os tipos e técnicas de pesquisa escolhidos, assim como os grupos que foram entrevistados para a arrecadação de dados e interpretação dos mesmos.

A partir da aplicação da pesquisa de campo e do cruzamento realizado com a pesquisa bibliográfica e documental, identificaram-se tanto os principais problemas quanto as potencialidades para fortalecer esse espaço de trabalho conjunto entre o Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba – IPPUC, e a Associação

Comercial do Paraná, por meio dos respectivos programas de revitalização e promoção do Centro de Curitiba, o Projeto “Novo Centro” e o Programa “Centro Vivo”.

A partir da análise dos dados arrecadados e de sua interpretação, foi ainda identificado o interesse das entidades na inclusão do planejamento turístico nas ações de revitalização da cidade, incorporação que é relevante para a gradual introdução do turismo no planejamento urbano de Curitiba.

Dessa forma, considerou-se apropriada a elaboração de uma série de propostas para o fortalecimento desse espaço, buscando na articulação da iniciativa privada com o poder público uma melhor identificação das atribuições e delimitação de objetivos e responsáveis pela execução das demandas levantadas.

Entende-se que o trabalho que se apresenta não esgota as possibilidades de intervenção neste assunto, mas que possibilita novas pesquisas para a consolidação de parcerias entre associações comerciais e entidades do poder público, permitindo assim maior continuidade e representatividade nos projetos desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. *Revista "Centro Vivo"*. Gestão 2004-2006. Edição N°2. Curitiba: ACP, 2006.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. *Revista do Seminário Habitacional*. 1° ed. Curitiba: Dezembro 2006.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. *Revista do Seminário Habitacional*. 2° ed. Curitiba: Junho 2008.

BARRETO, M. Espaço público: usos e abusos. In: *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 12° ed. Campinas: Papyrus, 2002.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 9 ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BEZERRA, D. M. *Apostila de planejamento do turismo em áreas urbanas*. Curso de Turismo do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: não publicado, 2008.

_____. *Planejamento e gestão em turismo*. São Paulo: Roca, 2003.

BOULLÓN, R.C. *Planejamento do espaço turístico*. São Paulo: EDUSC, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n° 11.266*, de 16 de dezembro de 2004. Brasília: 2004.

_____. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Programas Urbanos. *Reabilitação de centros urbanos*. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

BRUNDTLAND, R. Relatório das Nações Unidas. Organização das Nações Unidas: 1987.

CORDIOLI, S. *Enfoque participativo, um processo de mudança*. Conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Gênese, 2001.

CORDIOLI, S.; FERMINO, C. *Introdução ao Método ZOPP: Marco Lógico*. Disponível em: www.moderare.com.br/cursos.php. Acesso em: 13/Nov./2009.

CASTROGIOVANNI, C. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: CASTROGIOVANNI, C. (org.). *Turismo urbano*. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1999.

_____.; GASTAL, S. Turismo para um novo milênio: as cidades como sites de excitação turística. In: CASTROGIOVANNI, C. (org.). *Turismo urbano*. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1999.

CRUZ, R. de C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2001.

CURITIBA. *Plano Diretor*. Lei nº 2 828/66, 1966.

CUSTÓDIO, R. *A influência das intervenções urbanísticas da atividade turística da cidade de Curitiba*. Dissertação de Mestrado em Gestão Urbana. Curitiba: PUCPR, 2006.

DENCKER, A. F. M. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. 2 ed. São Paulo: Futura, 1998.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: www.fgv.br/cev/rsnovarejo/arquivos2004/evACP.pdf. Acesso:19/Maio/2009.

GANDARA, J. M. *La calidad de los destinos turísticos*. Anotações da disciplina La Calidad de los destinos turísticos. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Master Internacional de Turismo, Las Palmas de Gran Canaria, 2008.

_____. *La sostenibilidad de los destinos turísticos urbanos*. s.d., p.1 a 19. Anotações da disciplina La calidad de los destinos turísticos. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Master Internacional de Turismo, Las Palmas de Gran Canaria, 2008.

_____. *El turismo y la sostenibilidad de los destinos urbanos*. s.d., p. 20 a 39. Anotações da disciplina La calidad de los destinos turísticos. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Master Internacional de Turismo, Las Palmas de Gran Canaria, 2008.

_____. *La calidad y la competitividad de los destinos turísticos urbanos*. s.d., p. 40 a 56. Anotações da disciplina La calidad de los destinos turísticos. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Master Internacional de Turismo, Las Palmas de Gran Canaria, 2008.

GASTAL, S. O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In: CASTROGIOVANNI, C. *Turismo urbano: cidades, sites de excitação turística*. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1999.

GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GRINOVER, L. *A Hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.

LOHMANN, G; PANOSSO NETTO, A. *Teoria do turismo*. São Paulo: Aleph, 2008.

LOPES, R. *A cidade intencional: o planejamento estratégico das cidades*. São Paulo: Mauad, 1998.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MENESES, U. de B. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E. (org). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MENEZES, C. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba*. São Paulo: Papyrus, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizações locais*. Organização Mundial de Turismo. Madrid: OMT, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introducción al turismo*. Organização Mundial de Turismo. Madrid: OMT, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *El turismo urbano y la cultura: la experiencia europea*. Madrid: OMT, 2005.

PARANÁ TURISMO. *Estudo da demanda turística: Curitiba – PR, 2007*. Curitiba: Turismo, 2007.

PETROCCHI, M. *Gestão de Pólos Turísticos*. São Paulo: Futura, 2001.

PETROCCHI, M. *Turismo: Planejamento e Gestão*. São Paulo: Futura, 2001.

PROGRAMA “Centro Vivo”. SITE OFICIAL. Disponível em: www.centrovivo.acpr.com.br. Acesso:07/Maio/2009

LOPES, R. *A cidade intencional*. São Paulo: Mauad, 1998.

SETU, Secretaria de Estado de Turismo do Paraná. *Plano de Desenvolvimento do Turismo 2008-2011*.

SABOYA, R. *O que é urbanismo?* Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/03/o-surgimento-do-planejamento-urbano>. Acesso: 16/Maio/2009.

SCHEGER, R. Paisagem urbanística, urbanização pós-moderna e turismo. In: YAZIGI, E. (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, R.. *Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade*. Revista de Sociologia e Política. N°16. Curitiba, Jun. 2001.

SILVA, L. M.G. *Cidades Turísticas*. São Paulo: Aleph, 2004.

SWARBROOKE, J. *O Comportamento do Consumidor no Turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.

VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000p. 105 - 119.

WAINBERG, J. Cidades como sites de excitação turística. In: CASTROGIOVANNI, C. (org). *Turismo urbano*. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1999.

YÁZIGI, E. *Civilização urbana*. São Paulo: Contexto, 2003.

ZINKL, F. *Desenvolvimento urbano de Curitiba (Brasil): cidade modelo ou uma exceção?* Atas L. de V. Tomo 26, 2003. Disponível em: <http://www.wgsr.uw.edu.pl/pub/uploads/actas03/07-FRANK.pdf> Acesso em: 15/Maio/2009.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Estrutura de Metodologia Aplicada

Hipótese	Tipo de pesquisa	Técnicas de Pesquisa
<ul style="list-style-type: none"> O Programa “Centro Vivo” possui elementos de congruência com o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. 	Pesquisa exploratória - Documental	Entrevistas / Questionários Alvo: Ministério das Cidades.
<ul style="list-style-type: none"> O Programa “Centro Vivo” observa os instrumentos urbanísticos do Plano Diretor de Curitiba para os projetos de revitalização do Centro da cidade. 	Pesquisa descritiva Pesquisa exploratória - Bibliográfica; documental	Entrevistas / Questionários Alvo: Representantes IPPUC; Conselho Gestor “Centro Vivo” - ACPR.
<ul style="list-style-type: none"> O Instituto Municipal de Turismo de Curitiba e o IPPUC não possuem maior envolvimento na formatação e andamento do Programa “Centro Vivo”. 	Pesquisa descritiva Pesquisa exploratória - Bibliográfica; documental	Entrevistas / Questionários Alvo: Representantes IPPUC; Instituto Municipal de Turismo.
<ul style="list-style-type: none"> O Programa “Centro Vivo” está estruturado em áreas estratégicas de atuação, com planos e projetos específicos para a execução e monitoria dos resultados atingidos. 	Pesquisa descritiva Pesquisa exploratória - Bibliográfica	Entrevistas / Questionários Alvo: Conselho Gestor “Centro Vivo” – ACPR
<ul style="list-style-type: none"> O Programa “Centro Vivo” possui ações de desenvolvimento do turismo, porém não contempla o processo de planejamento turístico em seu propósito de revitalizar o centro urbano de Curitiba. 	Pesquisa descritiva Pesquisa exploratória - Bibliográfica	Entrevistas / Questionários Alvo: Instituto Municipal de Turismo; Conselho Gestor “Centro Vivo” – ACPR,

FONTE: A AUTORA